

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2007

Área Temática: Território e Sustentabilidade

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Julho de 2007

Índice

Na Amazônia, sai a floresta, entra a soja - Fellipe Awii – O Globo – 01/07/2007	5
Países emergentes empatam com ricos em emissão de gás-estufa - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & – 02/07/2007	5
10 pontos cruciais para reescrever o presente - Leonardo Boff – Carta Maior – 03/07/2007	7
Ruralistas querem limitar criação de área ambiental – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 03/07/2007	8
Movimentos são decisivos para impedir barragem de Tijuco Alto - Natália Suzuki - Carta Maior – 05/07/2007	9
Petrobrás rejeita acordo de corte de CO2 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007	12
Clima - o Brasil aceitará metas? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007	13
'Não posso reduzir carbono do petróleo' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007	15
'Foi coincidência a divulgação de relatórios negativos?' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007	16
"É preciso pensar em 'cérebrodutos' e não em gasodutos na Amazônia" - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007	17
A mesma dificuldade em estudar a Amazônia, 40 anos depois - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/07/2007	18
Amazônia em foco na reunião da SBPC - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 08/07/2007	20
SBPC reclama de "vácuo científico" na Amazônia – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Ciência – 09/07/2007	21
Audiência pública comemora o aniversário do Fundo Nacional do Meio Ambiente – Sítio Eletrônico do MMA – 10/07/2007	22
Extrativismo chegou a nível danoso, dizem especialistas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2007	22
Extrativismo chegou a nível danoso, dizem especialistas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2007	23
Condraf organiza a I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 11/07/2007	24
Desconhecida, Amazônia é maior reserva hídrica - Daniel Rittner – Valor Econômico – Brasil - 11/07/2007	25

Segunda Quinzena

MMA estabelece objetivos para proteção das florestas – Adriano Ceolin - Sítio Eletrônico do MMA - 16/07/2007	26
Agrofloresta: cultivo diversificado e preservação florestal – Carla Cobalchini – Sítio Eletrônico do MST – 16/07/2007	27
Comunidade florestal cria mercado de US\$ 150 bi - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/07/2007	28
Um drama sul-americano – Ana Lucia Azevedo - O Globo – Ciência – 17/07/2007	30

A nova onda verde - Sergio Amaral – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/07/2007	31
'Política vai determinar decisões sobre mudanças climáticas' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2007.....	33
O passado não tem pressa - Marcos Sá Corrêa - Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2007.....	35
Ministro defende esforços para manter liderança brasileira na energia limpa – Sítio Eletrônico do MMA – 18/07/2007	36
Comissão Organizadora Nacional aprova regulamento da III CNMA – Sítio Eletrônico do MMA – 18/07/2007.....	37
Capacitação para o desenvolvimento territorial começa em Brasília – Sítio Eletrônico da SDT – 18/07/2007.....	37
Capacitação para o desenvolvimento territorial começa em Brasília – Sítio Eletrônico MDA – 19/07/2007.....	38
Desenvolvimento territorial é tema de oficina realizada em Brasília – Sítio Eletrônico da SDT – 19/07/2007.....	39
A ecologia política e a economia ecológica – Luíza Mendes Furia – Valor Econômico – Investimentos - 19/07/2007	40
Banco da UE apoiará projetos no Brasil - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007	40
Ministério debate cadeias produtivas baseadas na biodiversidade – Ainda Feitosa – Sítio eletrônico do MMA – 20/07/2007	41
Brasil defende em Sydney proposta de combate ao desmatamento – Rafael Imolene – MMA – 20/07/2007	42
MMA estimula debates sobre produtos sustentáveis – Adriano Ceolin – Sítio Eletrônico do MMA – 23/07/2007	43
SDT/MDA encerra oficina de capacitação territorial em Brasília – Sítio MDA – 23/07/2007	44
MMA discute ZEE do Núcleo de Desertificação de Gilbués (PI) – Gerusa Barbosa – Sítio Eletrônico do MMA – 24/07/2007.....	45
SDT/MDA encerra oficina de capacitação territorial em Brasília – Sítio Eletrônico da SDT – 24/07/2007	45
MDA/RO realiza capacitação para elaboração de projetos de territórios rurais – Sítio Eletrônico da SDT – 24/07/2007	46
Produtor cria cerca e porteira sustentáveis - Lilian Primi – Estado de São Paulo – Agrícola – 25/07/2007.....	47
Projeto no Amazonas está ameaçado, dizem cientistas – Estado de São Paulo – Vida & - 26/07/2007.....	48
SP adota cobrança pelo uso da água em duas bacias - Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 26/07/2007.....	49
Dúvidas comuns sobre um elefante – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 27/07/2007.....	49
Etanol na floresta – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/07/2007.....	51
Proibir é fácil, difícil é fiscalizar – Liana Melo – Entrevista com Paulo Adário – O Globo – Economia – Corpo-a-Corpo – 29/07/2007	53
O embaixador do clima - Eliane Oliveira – O Globo – Ciência – 29/07/2007.....	54
O plano de ação nacional – O Globo – Ciência – 29/07/2007.....	55

Liderança do Brasil na OMC ganha admiradores e críticos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007	56
Empresa lidera novo fórum de sustentabilidade no país - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 30/07/2007	57
MDA/MA promove reunião sobre cooperativismo nos territórios rurais – Sítio Eletrônico da SDT – 31/07/2007	58

Na Amazônia, sai a floresta, entra a soja - Fellipe Awii – O Globo – 01/07/2007

No oeste do Pará, expansão agrícola faz surgir comunidades fantasmas e provoca grilagem de terras

Enviado especial

SANTARÉM e BELTERRA (PA). Para os moradores de Belterra, o cemitério de Tracuá representa, acima de tudo, a morte da floresta.

Abandonado, cercado de plantação de soja por todos os lados, é um retrato da expansão da fronteira agrícola de grãos na Amazônia, principal fator de desmatamento e do surgimento de comunidades fantasmas no oeste do Pará, ao longo da BR163 (Cuiabá-Santarém).

A zona rural de Belterra e Santarém apresenta um cenário praticamente único: com a floresta ao fundo, enormes plantações de soja e arroz a perder de vista. Entre elas, casas abandonadas e árvores frutíferas de quintal, como mangueiras e jambeiros.

Seus antigos habitantes são pequenos agricultores que hoje estão, em geral, nas periferias urbanas de Santarém ou se mudam para áreas mais distantes da floresta, provocando mais desmatamento.

O panorama é usado pelo Ministério Público Federal, por grupos ecológicos e sociais, como o Greenpeace e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para apontar os sojeiros como maiores vilões desta parte da floresta.

Estes, por sua vez, alegam que a soja se ocupou principalmente de áreas já desmatadas e tem levado benefícios econômicos para a região.

— A chegada da soja trouxe grilagem e conflito de terra, que não existia em Santarém — diz o procurador-chefe do MPF em Belém, Felício Pontes.

Países emergentes empatam com ricos em emissão de gás-estufa - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & – 02/07/2007

ONU conclui que, em 15 anos, ricos passaram a emitir 30% mais; nações em desenvolvimento dobraram volume

Os países emergentes dobraram as emissões de CO₂, o gás carbônico, principal causador do efeito estufa, em 15 anos. Em números absolutos, já poluem o mesmo tanto que os países ricos. A constatação é da Organização das Nações Unidas (ONU), que, em relatório divulgado ontem, alerta que o mundo terá sérias dificuldades para reverter os problemas ambientais até 2015, como foi proposto em suas oito Metas do Milênio, estipuladas em 2000.

As emissões do gás, um dos responsáveis pelo aquecimento do planeta, continuam a aumentar e “efeitos catastróficos já começam a ser sentidos”, diz a ONU. Elas dobraram nos países emergentes: foram de 6,9 bilhões de toneladas, em 1990, para 12,4 bilhões de toneladas, em 2004. Nos países ricos também houve incremento considerável: de 9,7 bilhões de toneladas para 12,5 bilhões no mesmo período.

Neste mês, chega-se à metade do caminho até o prazo estipulado para que os países atinjam as metas, ou seja, reduzam a pobreza e a fome, aumentem o acesso à escola e a

serviços de saúde e lutem contra a degradação do ambiente. Apesar de alguns poucos progressos, está claro que a maioria dos objetivos não será atingida, em parte pela falta de apoio financeiro dos países ricos.

No caso da América Latina, mesmo com o crescimento econômico nos últimos anos, a região registrou um aumento na disparidade social e não conseguirá reduzir à metade o número de pobres até 2015, nem reverter a perda de florestas (leia ao lado).

PRESSÃO POR METAS

O capítulo ambiental é um dos mais preocupantes para a ONU. Em algumas regiões, como o Leste da Ásia, as emissões dobraram: de 2,9 bilhões de toneladas de CO₂ em 1990, passaram para 5,6 bilhões de toneladas. No caso da América Latina, o aumento foi de 1,1 bilhão para 1,4 bilhão.

Em termos per capita, os países em desenvolvimento ainda emitem bem menos do que os ricos. Na África, por exemplo, uma pessoa é responsável por menos de 10% de CO₂ do que um cidadão de país rico.

Mesmo assim, Kofi Annan, ex-secretário-geral da ONU, alerta que todos terão de contribuir para colocar um freio nas emissões. “O centro da responsabilidade recai sobre os países ricos, já que foram os principais emissores nas últimas décadas. Mas os grandes países emergentes não podem ficar apenas observando.”

Na última reunião do G-8 (grupo de países industrializados mais a Rússia), há duas semanas, as economias emergentes foram convidadas, mas recusaram qualquer plano que estabeleça um teto para as emissões. O governo brasileiro afirmou que restrições obrigatórias significariam obstáculos para o crescimento econômico. Para os indianos, a comunidade internacional não pode falar apenas de emissões sem contar as “responsabilidades históricas”. Já a China insistiu que as emissões per capita de seu país ainda são baixas - apesar de hoje os chineses disputarem a posição de maior emissor do mundo com os Estados Unidos.

Para Annan, porém, os grandes países emergentes terão de mudar de posição. “Os países não podem olhar para a questão como um empecilho ao crescimento de suas economias. Brasil, China, Índia e África do Sul precisam evitar os erros da industrialização que ocorreram nos países ricos. Isso poderá ser feito com novas tecnologias.”

O levantamento, porém, alerta que as emissões, que vêm principalmente da queima de combustíveis fósseis, estão aumentando em um ritmo maior que a introdução de novas fontes de energia. Nos últimos 15 anos, o consumo aumentou em 20%.

DESMATAMENTO

Outro problema é o desmatamento, que é uma fonte de emissão (a principal do Brasil) e reduz a biodiversidade. Na América Latina, a perda de florestas continua e a

ONU, ainda que cite esforços positivos do País nos últimos anos, aponta que a meta de reverter a perda de cobertura vegetal não deverá ser atingida.

Em 1990, a área florestada na região era de 50%. Hoje, é de 46%, em grande parte por causa da expansão do setor agropecuário. Mundialmente, a cobertura passou de 31% para 30%. Nos países ricos, a área coberta por florestas subiu de 30% para 31%.

10 pontos cruciais para reescrever o presente - Leonardo Boff – Carta Maior – 03/07/2007

Podemos alimentar duas atitudes face à crise ecológica: apontar os erros cometidos no passado ou resgatar os valores, os sonhos e as experiências que podem ser úteis para a invenção do novo. Prefiro esta segunda atitude.

Durante a ECO-92 no Rio de Janeiro, 1600 cientistas entre os quais havia 102 Prêmio Nobel de 70 países lançaram o documento Apelo dos cientistas do mundo à humanidade. Aí diziam: "Os seres humanos e o mundo natural seguem uma trajetória de colisão. As atividades humanas desprezam violentamente e, às vezes, de forma irreversível o meio ambiente e os recursos vitais. Urge mudanças fundamentais se quisermos evitar a colisão que o atual rumo nos conduz". Foi uma voz pronunciada no deserto. Mas agora, no contexto atual, quando os dados empíricos apontam as graves ameaças que pesam sobre o sistema da vida, elas ganham atualidade. Não convém menosprezar o valor daquele apelo.

Podemos alimentar duas atitudes face à crise ecológica: apontar os erros cometidos no passado que nos levaram à presente situação ou resgatar os valores, os sonhos e as experiências que deixamos para trás e que podem ser úteis para a invenção do novo. Prefiro esta segunda atitude. Por isso, importa fazer uma reescritura do momento presente, elencando mais que aprofundando dez pontos cruciais.

O primeiro é resgatar o princípio da re-ligação: todos os seres, especialmente, os vivos, são interdependentes e são expressão da vitalidade do Todo que é o sistema-Terra. Por isso todos temos um destino compartilhado e comum.

O segundo é reconhecer que a Terra é finita, um sistema fechado como uma nave espacial, com recursos escassos.

O terceiro é entender que a sustentabilidade global só será garantida mediante o respeito aos ciclos naturais, consumindo com racionalidade os recursos não renováveis e dar tempo à natureza para regenerar os renováveis.

O quarto é o valor da biodiversidade, pois é ela que garante a vida como um todo, pois propicia a cooperação de todos com todos em vista da sobrevivência comum.

O quinto é o valor das diferenças culturais, pois todas elas mostram a versatilidade da essência humana e nos enriquecem a todos, pois tudo no humano é complementar.

O sexto é exigir que a ciência se faça com consciência e seja submetida a critérios éticos para que suas conquistas beneficiam mais à vida e à humanidade que ao mercado.

O sétimo é superar o pensamento único da ciência e valorizar os saberes cotidianos, das culturas originárias e do mundo agrário porque ajudam na busca de soluções globais.

O oitavo é valorizar as virtualidades contidas no pequeno e no que vem de baixo, pois nelas podem estar contidas soluções globais, bem explicadas pelo efeito borboleta.

O nono é dar centralidade à equidade e ao bem comum, pois as conquistas humanas devem beneficiar a todos e não como atualmente, a apenas 18% da humanidade.

O décimo, o mais importante, é resgatar os direitos do coração, os afetos e a razão cordial que foram relegados pelo modelo racionalista e é onde reside o nicho dos valores.

Estes pontos representam visões humanas que não podem ser desperdiçadas, pois incorporam valores que poderão alimentar novos sonhos, nutrir nosso imaginário e principalmente fomentar práticas alternativas. Somos seres que esquecem e recordam e que sempre podem resgatar o que não pôde ter oportunidade no passado e dar-lhe agora chance de realização. Por aí, quem sabe, encontraremos uma saída para a crucificante crise atual.

Leonardo Boff é teólogo e escritor.

Ruralistas querem limitar criação de área ambiental – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 03/07/2007

Com apoio da bancada ruralista, o PMDB decidiu usar a MP 366, que cria o Instituto Chico Mendes e motiva a greve de quase dois meses do Ibama, para tirar do Planalto a responsabilidade exclusiva de criação de unidades de conservação (áreas protegidas por lei).

A idéia desses parlamentares é que o processo de criação passe a ocorrer por meio de projeto de lei. Hoje, o Ibama faz os estudos de uma determinada área, sugere a criação da unidade de conservação ao Ministério do Meio Ambiente, que encaminha o pedido ao Planalto. A criação sai a seguir por meio de um decreto do presidente.

"O processo de criação dessas áreas tem de passar pelo Congresso. O PMDB fechou questão e tem ainda o apoio de parlamentares de diferentes partidos, assim como da bancada ruralista", diz o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), com carta branca da liderança do partido para tratar do tema.

"Essa iniciativa é um absurdo. Na prática, se essa idéia for mesmo aprovada, nunca mais serão criadas novas áreas de conservação ambiental no país. Todas iniciativas serão barradas pela bancada ruralista", afirma Jonas Corrêa, presidente da associação nacional de servidores do Ibama.

A MP 366 está em tramitação no Senado. Se for modificada, retorna à Câmara. A **Folha** teve acesso a uma proposta de três emendas que o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) apresentará ao relator da MP.

A primeira proposta é justamente a que tira do Executivo e transfere ao Congresso o poder de criação das unidades de conservação, como parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas.

A segunda autoriza as famílias que vivem em áreas de conservação a prosseguir suas atividades econômicas mesmo após a criação da unidade. A interrupção somente ocorreria após a indenização.

Já a terceira proposta estipula em até 500 metros a chamada zona de amortecimento em torno da unidade, na qual as "atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas" para minimizar eventuais impactos sobre a unidade. Hoje a zona está definida em 10 km, de acordo com resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente. O Ibama entrou em greve em meados de maio justamente por conta da edição dessa medida provisória. Os servidores do órgão alegam que a criação do Instituto Chico Mendes irá burocratizar a gestão ambiental e enfraquecer a autarquia.

A MP do governo tira do Ibama e dá ao instituto recém-criado a responsabilidade pelas unidades de conservação ambiental e pelos programas de pesquisa da biodiversidade. O conteúdo das emendas provocou inquietação no Ministério do Meio Ambiente. Uma reunião da ministra Marina Silva foi marcada para hoje com a bancada petista no Senado. Ontem, procurada, a pasta não quis se manifestar.

Movimentos são decisivos para impedir barragem de Tijuco Alto - Natália Suzuki - Carta Maior – 05/07/2007

Pesquisa do Cebrap analisa a participação dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil no processo de discussão sobre barragem no rio Ribeira de Iguape (SP), que poderia ameaçar área de preservação da Mata Atlântica.

SÃO PAULO –Após terem sido adiadas em maio por conta da greve do Ibama, as próximas audiências públicas sobre o projeto de construção da barragem de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, na região do Vale do Ribeira (SP-PR), acontecerão entre os dias 6 e 10 de julho nos municípios de Cerro Azul, Ribeira, Adrianópolis, Eldorado e Registro. Há mais de 20 anos, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), do grupo Votorantim, tenta

construir a barragem, mas tem enfrentado forte oposição ao empreendimento, organizada por entidades da sociedade civil local.

De acordo com uma pesquisa realizada por Vera Schattan, pesquisadora e coordenadora do Núcleo de Cidadania e Desenvolvimento do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), as organizações contrárias à barragem vêm sendo fundamentais para impedir a sua construção nas duas últimas décadas. Um levantamento do Cebrap aponta a existência de 211 organizações atuantes no local. Na maioria são sindicatos e organismos patronais ou de trabalhadores, organizações socioambientais e associações de moradores.

Segundo Frederico Menino, pesquisador do Núcleo de Cidadania do Cebrap, a idéia da construção da barragem de Tijuco Alto não é nova: ela estava prevista desde a década de 50. Na época, foi feito um primeiro estudo sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Ribeira de Iguape. Atualmente, ele é o único rio em todo o Estado de São Paulo sem interferência das barragens. A CBA é a proponente do atual projeto. Foi em 1988 que ela recebeu a outorga para realizar o empreendimento.

A possibilidade de construção da barragem deflagrou um clima tenso entre os setores que defendem a barragem e aqueles que são contra. Os defensores acreditam que o empreendimento trará desenvolvimento e dinamização econômica ao lugar, enquanto os outros afirmam que a barragem será responsável por abalar o modo de vida das populações locais e por trazer prejuízos ambientais, principalmente por conta das inundações.

“No geral, as prefeituras do Alto e Médio Vale são a favor da barragem, assim como o empresariado local, interessado nos benefícios econômicos. Parte da população local – dentre eles agricultores familiares e trabalhadores rurais, também se colocam a favor da obra, tendo em vista a promessa de empregos. Do lado dos opositores da barragem, estão, sobretudo, os grupos civis organizados – como o Movimento dos Ameaçados por Barragem (Moab), o Sindicato da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira (Sintravale) e diversas entidades ambientalistas locais e nacionais. No entanto, há prefeituras – especialmente aquelas ocupadas por partidos da chamada “esquerda trabalhista” – e grupos empresariais menos articulados (como o novo incipiente empresariado do ecoturismo) que se colocam contra a barragem”, explicam os pesquisadores.

Para Schattan, o fato de o projeto não ter se concretizado depois de tanto tempo se deve, em grande parte, a movimentos como o Moab. “Do ponto de vista institucional, isso demonstra também a capacidade dessas organizações de interferir nos processos de discussão e decisão que ocorrem em espaços participativos”, explica. Por outro lado, “há inúmeros mecanismos institucionais e extra-institucionais, que são comumente utilizados para dificultar a participação e enfraquecer o poder de influência desses grupos na esfera pública”, pondera a pesquisadora.

A região do Vale do Ribeira paulista concentra um dos últimos grandes remanescentes de Mata Atlântica nativa. É também uma região pobre com 25 municípios, que somam cerca de 350 mil pessoas. A população é caracterizada pela presença de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, caiçaras e agricultores familiares.

“Tijuco Alto reflete a própria dinâmica social do Vale do Ribeira, uma região pouco desenvolvida do ponto de vista econômico, mas muito diversificada e dinâmica do ponto de vista social, cultural e político”, observa o pesquisador Frederico Menino.

Apesar da bipolarização criada em torno da polêmica de Tijuco Alto, os pesquisadores do Cebrap chamam a atenção para a complexa diversidade grupos sociais locais: organizações sociais, autoridades políticas e grupos empresariais privados. De acordo com a pesquisa, o Vale do Ribeira não é mais o mesmo como há 30 anos. O êxodo rural diminuiu. A economia local se diversificou e cresceu, principalmente no setor de serviços, enquanto a agropecuária deixou de ser predominante. A educação e a saúde também obtiveram melhoras ao longo dos últimos anos.

Audiências públicas e estratégias

Para a pesquisadora Vera Schattan, as audiências públicas, mesmo não sendo deliberativas, são decisivas para a discussão sobre a barragem. “É nas audiências públicas que os representantes do Ibama (órgão que em última instância decidirá sobre o licenciamento da obra) tem a chance única de ouvir ambos os lados”, explica. Contudo, ela enfatiza que os grupos mais articulados e também aqueles que têm mais recursos financeiros e políticos, podem ser favorecidos, já que a preparação é uma estratégia fundamental para essas audiências.

A pesquisadora conta que houve um esforço e mobilização por parte do Moab e de outras entidades para que o Ibama realizasse as audiências públicas nas cidades de Eldorado e Registro, onde, segundo ela, “a mobilização contra a barragem é maior e melhor organizada”. Contudo, o cancelamento das audiências de maio, por conta da greve do Ibama, desmobilizou a preparação dos grupos. “Houve dificuldades de informar as comunidades distantes sobre o cancelamento”, constata.

“Por outro lado, a CBA e o grupo Votorantin, vêm liderando uma grande mobilização junto às populações locais de Ribeira, Adrianópolis e Cerro Azul. Todos os hotéis e pousadas nesses municípios estão reservados para apoiadores da barragem, o que talvez tenha conseqüências sobre os resultados das audiências”, afirma Schattan.

Consenso do “desenvolvimento sustentável”

“Nesse quadro, são inevitáveis as tensões entre a demanda por dinamização econômica, colocada pela necessidade de se enfrentar a pobreza e, por outro, os delicados problemas de governança ambiental, postos pela urgência de preservar a Mata Atlântica nativa”, descreve a pesquisa do Cebrap.

Diante dessa cisão, o conceito de “desenvolvimento sustentável” se tornou um consenso a que os diferentes setores da região pretendem chegar, conciliando, muitas vezes, ponto de vista opostos. Para Schattan, o conceito surgiu como uma forma de equilibrar a questão da conservação ambiental e a idéia de desenvolvimento econômico local, baseado no potencial energético e paisagístico da biodiversidade do Vale do Ribeira. Mas Schattan

alerta que nem sempre a idéia de “desenvolvimento sustentável” tem o mesmo significado para todos os envolvidos na discussão da barragem de Tijuco Alto.

“Nos discursos das comunidades tradicionais, a sustentabilidade passa pelo reconhecimento de seus direitos sobre o uso do solo e das florestas. Para agricultores e de suas organizações, desenvolvimento sustentável é sinônimo de prioridade “aos pequenos”, em oposição aos grandes investimentos. O poder público local acredita que se trata de aproveitar uma vantagem comparativa local, os recursos naturais, mas de uma maneira que tornaria preciso “flexibilizar a legislação ambiental”. Para outros prefeitos, ainda, é o modo de se conseguir grandes investimentos externos para viabilizar a exploração turística ou do potencial de biodiversidade. E nos projetos do governo federal, por fim, trata-se de encontrar formas de fazer confluir investimentos privados e a exploração rentável dos recursos naturais”, explica a pesquisadora.

Petrobrás rejeita acordo de corte de CO2 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Empresa diz que investimento em etanol basta como solução ambiental

A Petrobrás não vai aderir a um compromisso firmado entre 150 multinacionais para reduzir as emissões de CO₂, um dos principais responsáveis pelo aquecimento global. A partir de hoje, as maiores companhias do mundo se reúnem na sede da ONU para discutir sobre como o setor privado pode contribuir para a redução dos níveis de pobreza, o respeito aos direitos humanos e a proteção ambiental.

A ONU confirmou ao Estado que a Petrobrás foi procurada para que fizesse parte da iniciativa ambiental. Mas, com planos de dobrar sua produção de petróleo em dez anos, a companhia optou por não aderir ao compromisso. Na conferência, a empresa deve insistir que seus investimentos em etanol são parte da solução ambiental.

O compromisso que será assinado em Genebra incluirá empresas como Repsol, a mineradora Rio Tinto, Unilever, ABB, Airbus, Alcan, Bayer, Dupont e Coca-Cola. A Brasil Telecom é uma das companhias nacionais que vão aderir à iniciativa. O acordo não fala em metas de redução de emissões e apenas cita o compromisso do setor privado em “diminuir” o volume de CO₂ emitido nos próximos anos. Nem assim a Petrobrás aceitou fazer parte do acordo.

A Petrobrás, que será representada por seu presidente, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, promete apresentar o etanol como uma “evolução para uma matriz energética mais limpa, com benefícios ambientais e avanços sociais”.

O encontro entre Genebra será o maior evento entre lideranças empresariais já promovido pela ONU e cerca de 3,8 mil executivos farão parte dos debates. Mas organizações não-governamentais (ONGs) como Greenpeace e Anistia Internacional,

acusam o encontro de ser uma plataforma de marketing para as empresas e que, na realidade, poucas estão tomando algum tipo de providência para contribuir para o meio ambiente ou redução de pobreza.

GLOBAL COMPACT

A iniciativa reunindo o setor privado mundial para lidar com questões sociais, conhecida como Global Compact, foi lançada em 2000 e estipulou dez princípios éticos que deveriam nortear todas as atividades das empresas envolvidas. Em 2006, a Petrobrás foi convidada a fazer parte do conselho do Global Compact, ao lado da Tata Steel, Goldman Sachs, entre outras.

Segundo um comunicado da empresa brasileira, os princípios do Global Compact são adotados por ela desde 2003. A empresa ainda garante que, somente em 2006, investiu mais de R\$ 176 milhões em projetos de educação, qualificação, direitos da criança e geração de renda.

Clima - o Brasil aceitará metas? - Washington Novaes – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Já está em mãos do presidente da República uma primeira versão de um plano nacional de mudanças climáticas, informou este jornal no domingo. O documento - diz a jornalista Cristina Amorim - inclui metas para redução do desmatamento na Amazônia, que respondem por 75% das emissões totais de poluentes da atmosfera no País. São metas que o governo brasileiro se tem até aqui recusado a aceitar como compromisso no âmbito do Protocolo de Kyoto. E o plano em mãos do presidente será incorporado à estratégia final que a Secretaria de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente espera concluir em dois anos. Embora se possa estranhar que o País leve ainda mais dois anos para ter um plano de enfrentamento das mudanças climáticas, sempre será um avanço diante daquele que o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, considera “o tema mais importante do nosso tempo”.

Esta semana o governo alemão, enfrentando a resistência dos setores industrial e energético, anunciou que divulgará estratégia para reduzir o consumo de energia, sem perder a produtividade. “Não há opções”, disse a chefe do governo, Angela Merkel. Ban Ki-moon cobrou da China, do Brasil e da Índia que aceitem compromissos de reduzir suas emissões - já que os chamados emergentes serão responsáveis por 75% do aumento de emissões previsto até 2015 (eles as dobraram em 15 anos, para 12,4 bilhões de toneladas anuais de dióxido de carbono).

Esta semana foi marcada também pela divulgação de números inquietantes de mortes na China (que tem 16 das 20 cidades mais poluídas do mundo) por poluição: 750 mil em um ano, segundo o Banco Mundial. Diz a Organização Mundial de Saúde (OMS) que desde 2000 já morreram mais de 1 milhão de pessoas por causa de mudanças do clima - sem contar as 800 mil que morrem a cada ano em consequência da poluição do ar nas cidades.

A gravidade da situação foi reiterada há poucos dias pelo presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, após visita para verificar o estágio do derretimento dos gelos da Groenlândia. “Precisamos fazer mais”, disse ele. “A situação é muito dramática.” Cientistas estão prevendo que esses gelos poderão derreter-se num período mais curto do que se admitia, o que poderá levar a uma forte elevação no nível dos oceanos (alguns cientistas falam em alguns metros). O derretimento no Círculo Polar Ártico também é considerado muito grave pela Universidade do Colorado (Newsweek, 26/6). O Ártico está perdendo 15% do gelo a cada década, o dobro do previsto, diz o meteorologista Michel Belud, assessor do governo canadense. E pode não ter mais gelo em 30 a 40 anos.

São questões tão dramáticas que o chefe da Defesa no governo britânico, Jock Stirrup, chega a afirmar que “o clima ameaça a segurança no mundo”, porque “pode desintegrar Estados, gerar desastres com populações e até trazer o risco de guerras” (entre povos que disputem recursos naturais). Mas ainda assim não se conseguiu até aqui um acordo para reduzir as emissões entre 50% e 66% até 2050, como recomenda o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC). Nestes últimos dias, continuaram as reprimendas mútuas entre China e EUA, quando a Agência Ambiental da Holanda afirmou que a primeira teria superado o segundo em emissões totais, com 6,2 bilhões de toneladas anuais equivalentes de dióxido de carbono (CO₂), ante 6,005 bilhões dos EUA. Respondeu a China que cada norte-americano emite quatro vezes mais CO₂ (42,5 quilos por ano, ante 10,5 de um chinês). E que boa parte das emissões chinesas ocorre na fabricação de produtos consumidos nos EUA.

Também o Brasil continua a levar suas estocadas. Recente estudo do Banco Mundial, publicado por The Wall Street Journal e reproduzido no Estado (11/6), diz que o Brasil, quarto maior emissor mundial, já contabilizava em 2003 nada menos de 2,316 bilhões de toneladas anuais equivalentes de CO₂ (incluindo metano e óxido nitroso), nível bastante superior ao do primeiro inventário oficial brasileiro, que apontou para 1994 emissões de 1.029.706 toneladas de CO₂, 13.173 toneladas de metano e 550 toneladas de óxido nitroso. Mesmo calculando a equivalência, já que o metano é 23 vezes mais agressivo que o CO₂ e o óxido nitroso, mais de 300 vezes, ainda assim as emissões brasileiras entre 1994 e 2003 teriam aumentado mais de 50%. Restaria calcular em quanto a redução no desmatamento na Amazônia terá contribuído para baixar esse total; segundo a ministra do Meio Ambiente, seriam 430 milhões de toneladas.

O presidente da República tem reiterado (Estado, 8/6) que “a Amazônia é nossa”, que o Brasil não aceitará pressões para adotar compromissos de reduzir as emissões e o desmatamento, que os países ricos precisam assumir sua responsabilidade e que “o etanol é a nossa resposta”. A notícia do plano em mãos do presidente indicaria outra direção, que será preciso conferir. O próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em artigo no último domingo (A2), afirmou que o Brasil deve aceitar compromissos de redução das emissões e “desmatamento zero”, assim como criar regras para que a expansão das culturas de cana-de-açúcar não crie outros problemas.

As estatísticas continuam muito fortes. A ONU calculou que em 2002 já havia 24 milhões de refugiados, vítimas de “desastres naturais”, e que eles serão 50 milhões em 2010. Segundo a Christian Aid, em 2050 já haverá 1 bilhão de pessoas refugiadas por falta

de água e quebra de colheitas. Segundo a OMS, as “doenças ambientais” (poluição do ar e da água, falta de rede de esgotos e de tratamento) matam 233 mil pessoas por ano no Brasil.

Diante de tudo isso, é importante a notícia do plano em mãos do presidente. Mas é preciso ter mais pressa - e mais abertura para compromissos.

Washington Novaes é jornalista - E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

'Não posso reduzir carbono do petróleo' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Entrevista - José Sérgio Gabrielli: presidente da Petrobrás

A Petrobrás apresenta hoje em Genebra uma alternativa à iniciativa da ONU de reunir 150 multinacionais dispostas a reduzir emissões de CO₂. As empresas assinam hoje um compromisso de limitar emissões, mas a Petrobrás ficará de fora. Em declarações ao Estado, o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, alegou que não teria como reduzir o conteúdo carbônico de seu produto. A empresa garante que está tomando medidas para evitar emissões de 18 milhões de toneladas de CO₂ equivalente até 2011. Em 2006, emitiu 50 milhões.

Por que a Petrobrás não aderiu?

O compromisso é muito importante e representa um avanço nas questões climáticas. Mas temos um problema físico. O acordo pede que se reduza o conteúdo carbônico. Sugerimos que o texto fosse mudado e que a redução fosse da intensidade de carbono em nossos produtos. Não posso reduzir o conteúdo de carbono do petróleo.

O que pode ser feito?

Vamos produzir outros combustíveis, estimular o mercado de etanol e biodiesel, seremos mais eficientes em outros processos.

E na ONU, o que fará a Petrobrás?

Proporemos um fórum para discutir as diferenças e políticas para cada setor. Uma coisa é falar da redução em um banco. Outra, em uma petrolífera. Nem todas as petrolíferas assinaram (o compromisso).

'Foi coincidência a divulgação de relatórios negativos?' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Para diplomatas brasileiros, documentos divulgados pela OCDE e FAO contra o etanol foram propositais

A seqüência de manifestações do presidente e de ministros na defesa do etanol foi uma resposta articulada para rebater uma onda crescente de manifestações para conter o entusiasmo com o combustível alternativo ao petróleo. Segundo o Estado apurou, diplomatas brasileiros na Europa notificaram o presidente Lula, via Itamaraty, sobre uma seqüência de relatórios e declarações que destacariam os riscos ambientais e de segurança alimentar do plantio da cana-de-açúcar.

“Foi coincidência a OCDE e a FAO divulgarem em Paris um relatório negativo para os biocombustíveis na véspera de uma conferência importante sobre o tema em Bruxelas?”, questionou um diplomata.

Na conferência, antes do pronunciamento de Lula, autoridades européias destacaram a necessidade de que o cultivo esteja associado à preservação ambiental. Peter Mandelson, comissário Europeu para o Comércio, destacou em seu discurso que os biocombustíveis “são mais do que uma questão de mercado, de indústria ou de agricultura”. “O desenvolvimento de um mercado deve ser temperado por um mecanismo de proteção ambiental.”

Minutos depois, ainda pela manhã, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso também defendeu “mecanismos de sustentabilidade ambiental” para o mercado de biocombustíveis.

Uma das formas com as quais o governo pretende evitar restrições ao produto brasileiro na Europa e nos Estados Unidos será antecipar-se a uma eventual legislação internacional e elaborar uma certificação própria que garanta a procedência e a qualidade do produto feito no Brasil.

Empresários do setor de usinas, entretanto, encaram com cautela a perspectiva de Bruxelas aceitar os padrões estabelecidos pelo governo brasileiro. Segundo um deles, “uma certificação básica é necessária para o processo de tornar o etanol uma commodity negociada nos mercados internacionais”. Mas o excesso de critérios de certificações, seja pelo lado brasileiro, seja pelo europeu, pode ter efeito inverso: “Não somos contra a certificação. Mas o perigo é que a União Européia faça exigências absurdas para tentar mascarar práticas de protecionismo também nesta área”, disse o diretor de uma das maiores usinas do setor no Brasil.

Lula anunciou a realização no Rio de Janeiro de uma conferência internacional sobre biocombustíveis em julho de 2008. “Não por acaso escolhemos o Rio como sede. Segundo ele, o objetivo do governo é que a conferência do Rio “constitua um marco histórico”.

"É preciso pensar em 'cérebrodutos' e não em gasodutos na Amazônia" - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007

O foco da próxima reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC, que começa domingo, tem por tema "Amazônia: desafio nacional". Ocorre em Belém, 25 anos depois do último evento do gênero na capital do Pará. Neste período, o físico Ennio Candotti, presidente da SBPC até quinta-feira (quando passará o cargo ao também físico Marco Antônio Raupp, recém-eleito) viu se confirmarem os piores prognósticos para a região - o aumento do arco do desmatamento, a falta de integração com as comunidades locais e desastres ambientais que se anunciavam.

Candotti diz que o Brasil não sabe lidar com a Amazônia ("A lógica asfáltica não cabe ali"), defende o desmatamento zero e que a integração da América Latina comece por lá, unindo ciência e educação. "É preciso pensar em 'cérebrodutos' e não só em gasodutos". Prestes a embarcar para Belém, ele deu uma entrevista ao Valor. A seguir, os principais trechos:

Valor: *A última reunião da SBPC em Belém foi há 25 anos. O que ocorreu na região neste período?*

Ennio Candotti: Infelizmente, ao se analisarem os documentos da SBPC de 1983, percebe-se que as piores projeções para a região se confirmaram. Os desastres ecológicos causados pelas hidrelétricas e pela ocupação desordenada; o avanço da faixa de desmatamento e as dificuldades de integração social com as comunidades da região. Isso era um quadro que já se prenunciava. Outra questão é a dificuldade de se criar uma elite local que não seja refratária a qualquer modernização. Os grupos econômicos dominantes são arcaicos e prepotentes. Quem denuncia algo, ou é processado ou ameaçado.

Valor: *Este quadro pode mudar?*

Candotti: Propostas de soluções existem. O desafio é colocar a Amazônia no centro da agenda da ciência e tecnologia, ela só é central na retórica. O desenvolvimento sustentável tem que ser acelerado. Isto demora. Leva tempo para ter formação de recursos humanos e gente que se fixe na região. Mas é um processo que está começando. O Estado do Amazonas investe em educação e pesquisa cem vezes mais do que há cinco anos.

Valor: *Os institutos de pesquisa da região, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Museu Goeldi ainda são centros de excelência?*

Candotti: Sim, são muito ativos. O problema é que têm orçamentos de R\$ 25 ou 30 milhões enquanto outros, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), ganham dez vezes mais. E aí acontece que 70% dos trabalhos de pesquisa sobre os problemas amazônicos são assinados por pesquisadores e instituições estrangeiras. Do Brasil, são só 30% das pesquisas.

Valor: *O Brasil do Sul e Sudeste sabe lidar com a Amazônia?*

Candotti: Não tem o menor tato. Quer se colocar a lógica asfáltica para uma região onde o que se precisa fazer é melhorar o transporte fluvial. Ou, como está se discutindo, investir em transporte ferroviário, de baixo impacto e grande eficiência. Mas o que se quer é um tipo de desenvolvimento que não cabe lá, e aí dá encrenca. Estamos tentando, com esta reunião, abrir a reflexão para os planejadores. Mostrar a Amazônia como ela é e soluções para viabilizá-la. Não se pode querer asfaltar a Amazônia.

Valor: *Que expectativa o sr. tem para a taxa de desmatamento na região no futuro próximo?*

Candotti: Defendo uma política de desmatamento radical, da árvore em pé: taxa zero. Derrubar árvore do jeito que se derruba é como ficar com o cascalho e jogar fora o ouro do garimpo. Esta não é só uma imagem retórica. Na árvore, nas folhas, nos frutos, nas flores, existem valores mais importantes que nos poucos metros cúbicos de madeira que se conseguem na derrubada. Temos que continuar com bons projetos de manejo sustentável. O que estou falando é do desmatamento para colocar gado ou soja. Isso é de uma estupidez que não será perdoada no futuro.

Valor: *E o sr. acha que o desmatamento está sob controle?*

Candotti: Não depende de controle. Se dependermos da polícia, não conseguiremos vencer a violência. É preciso educar que a mata vale mais que duas cabeças de gado. Isto exige educação, tecnologia, informação. Não se consegue no grito.

Valor: *O sr. defende a formação de quadros na Amazônia, fixando gente por lá e atraindo jovens. Mas como, se para muitos brasileiros, a Amazônia é outro país?*

Candotti: Isso é o que não pode acontecer. Não há Brasil sem Amazônia. Ou construímos uma nação que inclua a região, ou estaremos construindo um monstro. Ou muda ou teremos uma nação sem Amazônia. Não é possível imaginar o Brasil sem Amazônia, mas a unidade nacional está ameaçada pela falta de políticas públicas para a região.

Valor: *E como se faz?*

Candotti: Temos que oferecer condições para que jovens trabalhem nos laboratórios naturais, no gerenciamento dos conflitos, em novas soluções. Deveríamos, nestes dias de conflito de Mercosul, começar a resolver a questão pelas universidades. Na formação de recursos humanos na região. Investir em universidades para a grande Amazônia.

Valor: *O que o sr. imagina?*

Candotti: A mesma coisa que aconteceu na Europa, com estudantes italianos indo se formar na Alemanha, franceses na Inglaterra. Que um título dado em uma universidade da Venezuela valha para o Brasil, que um estudante de Manaus possa terminar seus estudos na Patagônia. Hoje não existe nenhuma integração. Discute-se unidade alfandegária, mas não este ponto. Mas precisamos disso, ou nunca se dará a troca de geladeiras, do comércio, outro país sempre protestará sentindo-se menos favorecido. É preciso montar um gasoduto de engenharia, de inteligência, de cooperação de cérebros, um "cérebroproduto". O que mais precisa a Bolívia hoje em dia? De quadros qualificados que possam colocar o país na economia moderna. É preciso lembrar que só uma parte da Amazônia pertence ao Brasil. Este me parece um belo objetivo para a região.

A mesma dificuldade em estudar a Amazônia, 40 anos depois - Eduardo Nunomura – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/07/2007

Desde 1966, área equivalente a dois Estados de SP foi destruída na região -Quatro décadas atrás, cientistas pediam mais recursos e pesquisadores para poder estudar a Amazônia como ela mereceria. Desde então, uma área equivalente a dois Estados de São Paulo foi destruída e eles agora pedem mais recursos e pesquisadores para salvar a floresta. Dois simpósios, um de 1966 e outro de 2006, quando comparados, mostram que, apesar dos inúmeros avanços que a ciência obteve, as demandas de outrora são as mesmas de hoje. Ou

nas palavras do engenheiro agrônomo Ítalo Falesi, de 75 anos e presente nos dois eventos: “Dá uma tristeza muito grande saber que estamos batendo nas mesmas teclas do passado.”

Em 66, o Estado noticiou a realização do 1.º Simpósio sobre a Biota Amazônica, que viria a ser o primeiro e mais completo inventário científico já produzido da floresta tropical. Seus resultados teriam implicações econômicas e políticas, como discutir a agricultura atrasada, a pilhagem de madeira que já ocorria e o progresso que poderia surgir com a abertura de rodovias. Foram produzidos sete anais com farta documentação.

“A ciência da Amazônia corre atrás do prejuízo que vem na frente com a expansão econômica voraz e as políticas de governo que causam grandes danos”, resume o pesquisador Nelson Sanjad, coordenador do 2.º Biota, realizado em dezembro de 2006, no Museu Paraense Emílio Goeldi. Esse evento foi uma preparação para a 59.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que começa amanhã com o tema Amazônia. Ao assumir a missão de sintetizar os resultados do segundo simpósio, o historiador surpreendeu-se ao encontrar similaridades dos dois eventos. “Por incrível que pareça, continuamos a falar das mesmas coisas, mas numa situação desfavorável”, diz Sanjad. No primeiro Biota, os cientistas destacaram três pontos a serem enfrentados. O incentivo à pesquisa básica, formação de novos pesquisadores e articulação de pesquisas que unissem as várias áreas do saber científico. Tudo o que é preciso hoje.

ANTES E AGORA - A Amazônia tinha menos de 4% de seu território desmatado em 1966. De lá para cá, a expansão agrícola, os projetos de colonização e de desenvolvimento industrial aceleraram a ocupação da região e sua destruição. Hoje, mais de 680 mil km² de floresta não existem mais, o equivalente a 5,8% do território nacional. A maior parte ocupada por pastagem. Nos últimos 30 anos, o número de cabeças de gado na região Norte saltou de 4 milhões para mais de 41 milhões. Entre os Censo de 1980 e 2000, a população amazônica passou de 3,6 milhões para 12,9 milhões.

Para os cerca 5 milhões de km² da Amazônia, há 1.200 cientistas-doutores atuando. Como se cada um tivesse sob sua supervisão 4,2 mil km². Só para comparar, na Universidade de São Paulo, lecionando, pesquisando ou fazendo extensão são 5.028 pesquisadores-doutores. Ainda que insuficientes, os investimentos governamentais permitiram criar ou estruturar órgãos de importância, como a Embrapa Oriental, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Pioneiro nos estudos do solo amazônico e hoje na Embrapa Oriental, Falesi viu ao longo de 50 anos pesquisando a região poucas equipes serem formadas. “Uns já se aposentaram e não foram substituídos, outros passaram a atuar em outras atividades.” No período, os pesquisadores criaram uma classificação de solo genuinamente brasileira, incorporaram modernas tecnologias de análise, expandiram o número de laboratórios nos Estados e hoje já se sabe qual a melhor destinação para cada pedaço de terra. Só que é pouco. “A gente publica, mas quem lê trabalho técnico? O agricultor não lê”, alerta Falesi. “Dá um certo desânimo. Quanto mais você sabe, mais verifica que tem que estudar”, acrescenta Sanjad, que apresentará na reunião da SBPC estudo comparativo dos simpósios.

Começa hoje, em Belém (PA), o 59.º encontro anual da entidade

A 59ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) começa hoje à noite, em Belém (PA), sob o desafio de colocar a Amazônia na pauta de ciência e tecnologia brasileira. A importância estratégica da região - fronteira com sete países, lar da maior floresta tropical do mundo e um dos locais mais biodiversos ainda existentes - não se reflete em investimentos federais para a construção do conhecimento sobre o local feito por e para a população brasileira.

Na Amazônia estão apenas 1.200 dos pesquisadores-doutores brasileiros, sendo que cerca de 10 mil são formados no Brasil anualmente. Calcula-se que 70% da produção científica sobre a região seja feita por cientistas estrangeiros.

É um debate antigo e infelizmente atual. 'Os mesmos 2% da verba nacional em C&T que eram aplicados na região há 20 anos são os mesmos 2% aplicados hoje', diz o presidente da SBPC, o físico Ennio Candotti. Por outro lado, a demanda por conhecimento existe. 'No último vestibular da Universidade Federal do Amazonas, havia 20 mil inscritos', afirma Candotti.

A procura pelas reuniões promovidas nos últimos dois anos nos Estados do Norte pela SBPC foi acima do esperado. Cinco mil pessoas já se inscreveram para participar do evento que começa hoje. Os organizadores acreditam que o número pode dobrar até a sexta-feira, quando a reunião termina.

A expectativa é de que o ministro de Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, fale sobre a inclusão da Amazônia no Programa de C&T de Aceleração do Crescimento (PAC) na palestra inaugural da reunião. Este seria o principal indicativo de que o tema fará parte também do Plano Plurianual 2008-2012, que está sendo construído pelo governo federal.

'É de onde vem realmente o dinheiro', diz a diretora do Museu Goeldi, Ima Vieira. A instituição, criada no século 19 e ligada ao MCT, é um dos principais centros de produção científica da Amazônia. Ainda assim, ela afirma: 'Faltam programas estratégicos em ciência e tecnologia na região.'

Os desafios não são poucos. Segundo estudo do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon, uma ONG voltada para pesquisa, que sobrevive com financiamento nacional e internacional), 47% do local estava sob algum tipo de pressão humana em 2002. 'Hoje há duas cabeças de gado aqui por habitante', afirma Ima.

Falta de pesquisa atrapalha região, diz cientista

A falta de mestres e doutores na Amazônia continua a ser o maior problema para o desenvolvimento da pesquisa na região. A necessidade de que sejam formados mais "cérebros" familiarizados com o universo amazônico foi a tônica dos discursos realizados na cerimônia de abertura da reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), ontem à noite em Belém (PA).

"Precisamos multiplicar, sim, e de modo acelerado o número de cientistas nesta região, de mestres, engenheiros, sanitaristas e pesquisadores", disse Ennio Candotti, em seu último discurso como presidente da SBPC - aqui mesmo em Belém ele entrega o cargo ao matemático Marco Antônio Raupp.

Questionado pela Folha, o próprio Candotti afirma que, talvez, a SBPC "não tenha batido nas teclas certas nos últimos anos" e, por isso, não tenha conseguido ajudar muito a ciência amazônica. Em termos relativos, segundo o cientista, o peso que a região tem hoje é o mesmo dos anos 1980.

Para o reitor da UFPA (Universidade Federal do Pará), Alex Fiúza de Mello, além de trazer cientistas de outras regiões do país é preciso que haja um esforço para formar pessoas dentro da própria região. "Não se faz ciência com prédio. Sem conhecimento o Brasil vai perder a Amazônia", disse. Ele calcula em 2.000 o número de doutores hoje na região. Para Candotti, isso é um décimo do necessário para a Amazônia.

Para responder a críticas sobre a falta de recursos da ciência amazônica deveriam ter comparecido à abertura da reunião da SBPC tanto o ministro Sergio Rezende, da Ciência e Tecnologia, como Marina Silva, do Meio Ambiente.

Ausentes ilustres

Rezende, por motivo de saúde, mandou um discurso por escrito, lido no evento de abertura. Marina, que também enviou um comunicado, ficou em Brasília para tratar de problemas do Ibama, órgão que está sendo reestruturado. No texto de Rezende, apenas números favoráveis. O investimento em ciência e tecnologia, nos últimos quatro anos, chegou aos R\$ 35 bilhões, o que para o MCT é "recorde histórico". Só em 2006, foram investidos na Amazônia R\$ 10 bilhões.

Além da falta de doutores, Candotti também lembrou de outro ponto polêmico quando o assunto é a Amazônia. "Se de fato estamos preocupados com a soberania de nossa inteligência precisamos lembrar que 70% das pesquisas e informações publicadas sobre a Amazônia em revistas internacionais são feitas por estrangeiros."

Segundo Candotti -que nega que a interpretação da soberania como xenofobia- criticou a prisão do primatologista holandês naturalizado brasileiro Marc Von Roosmalen, em Manaus, condenado a 14 anos de prisão por transportar macacos irregularmente.

Audiência pública comemora o aniversário do Fundo Nacional do Meio Ambiente – Sítio Eletrônico do MMA – 10/07/2007

Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) completa 18 anos e propõe um desafio: criar um novo modelo de financiamento ambiental para o Brasil enfrentar as próximas décadas. A partir da criação da Rede Brasileira de Fundos Socioambientais, em junho de 2006 - e que já conta com 100 adesões - ,o FNMA propõe um sistema que possa ampliar a base de arrecadação de recursos e descentralizar a política de financiamento para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no País, a exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS).

O tema será debatido nesta quarta-feira (11), às 14h, em audiência pública especial pelos 18 anos do FNMA no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Devem participar representantes dos fundos ambientais federal, estaduais e municipais, parlamentares das comissões de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas e sociedade civil. Na ocasião, serão lançados um selo e um carimbo da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos (ECT) em homenagem ao aniversário do FNMA. Fonte: FNMA

Extrativismo chegou a nível danoso, dizem especialistas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2007

O extrativismo pode ser danoso para a floresta e a população amazônicas, disseram ontem, em Belém (PA), cientistas que participam da 59ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Segundo eles, o aumento da demanda por produtos florestais como frutas e extratos, somado a pouca tecnologia empregada em sua obtenção, tem levado a exploração a níveis insustentáveis.

O principal exemplo é o do açaí. Ele atualmente goza de popularidade no mercado nacional e internacional de alimentos e cosmética. No ano passado, rendeu para o Pará cerca de R\$ 6 milhões em exportações.

Porém, o preço médio do açaí subiu mesmo fora da época de colheita (que vai de julho a dezembro), pois as empresas que beneficiam e exportam a fruta compraram o excesso da produção para formar estoques e garantir o fornecimento a seus compradores. “O preço ficou congelado no teto. Com isso, a população mais pobre, que consumia a fruta, não teve mais condição de adquiri-la”, diz o pesquisador Alfredo Homma, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na Amazônia Oriental.

Para responder à procura, os coletores da fruta desenvolveram equipamentos rústicos, mas que aumentam a capacidade de colheita: se antes um trabalhador enchia de 10 a 12 latas por dia com açaí, hoje sua produtividade saltou para 100 latas.

O crescimento do negócio é muitas vezes feito sem cuidados para garantir a sustentabilidade, alerta Samuel Soares de Almeida, do Museu Paraense Emílio Goeldi. “Hoje o açaí é retirado de áreas alagadas e a semente não volta para a área e a renovação da paisagem não acontece”, explica Almeida.

Problemas semelhantes são registrados na exploração de outras espécies, como a pripioca, o cupuaçu e o bacuri. “O modelo de extrativismo (aplicado atualmente) é extremamente frágil e só funciona em um mercado pequeno”, afirma Homma. Ele aposta no uso das terras abandonadas da Amazônia para ordenar a produção.

Segundo o pesquisador, a simples ampliação do número de reservas extrativistas na Amazônia - política aplicada pelo governo federal - não garante que o valor da floresta em pé será maior do que o dela no chão. O produtor pode acabar se voltando a modelos de produção tradicionais, como a pecuária, quando o recurso acabar.

Extrativismo chegou a nível danoso, dizem especialistas - Cristina Amorim – Estado de São Paulo – Vida & - 11/07/2007

O extrativismo pode ser danoso para a floresta e a população amazônicas, disseram ontem, em Belém (PA), cientistas que participam da 59ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Segundo eles, o aumento da demanda por produtos florestais como frutas e extratos, somado a pouca tecnologia empregada em sua obtenção, tem levado a exploração a níveis insustentáveis.

O principal exemplo é o do açaí. Ele atualmente goza de popularidade no mercado nacional e internacional de alimentos e cosmética. No ano passado, rendeu para o Pará cerca de R\$ 6 milhões em exportações.

Porém, o preço médio do açaí subiu mesmo fora da época de colheita (que vai de julho a dezembro), pois as empresas que beneficiam e exportam a fruta compraram o excesso da produção para formar estoques e garantir o fornecimento a seus compradores. “O preço ficou congelado no teto. Com isso, a população mais pobre, que consumia a fruta, não teve mais condição de adquiri-la”, diz o pesquisador Alfredo Homma, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na Amazônia Oriental.

Para responder à procura, os coletores da fruta desenvolveram equipamentos rústicos, mas que aumentam a capacidade de colheita: se antes um trabalhador enchia de 10 a 12 latas por dia com açaí, hoje sua produtividade saltou para 100 latas.

O crescimento do negócio é muitas vezes feito sem cuidados para garantir a sustentabilidade, alerta Samuel Soares de Almeida, do Museu Paraense Emílio Goeldi. “Hoje o açaí é retirado de áreas alagadas e a semente não volta para a área e a renovação da paisagem não acontece”, explica Almeida.

Problemas semelhantes são registrados na exploração de outras espécies, como a pirioca, o cupuaçu e o bacuri. “O modelo de extrativismo (aplicado atualmente) é extremamente frágil e só funciona em um mercado pequeno”, afirma Homma. Ele aposta no uso das terras abandonadas da Amazônia para ordenar a produção.

Segundo o pesquisador, a simples ampliação do número de reservas extrativistas na Amazônia - política aplicada pelo governo federal - não garante que o valor da floresta em pé será maior do que o dela no chão. O produtor pode acabar se voltando a modelos de produção tradicionais, como a pecuária, quando o recurso acabar.

Condraf organiza a I Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável – Sítio Eletrônico do MDA – 11/07/2007

Integrantes da comissão organizadora da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS) estiveram reunidos entre segunda (9) e terça-feira (10), em Brasília, para discutir proposições preparatórias do evento, que ocorrerá no início de junho do próximo ano.

Participaram das reuniões integrantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA), além da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A expectativa é de que a CNDRSS reúna cerca de 1,8 mil delegados de todo o País para discutir as bases do desenvolvimento rural brasileiro.

Os pontos indicativos sobre data, local, metodologia do evento e conteúdo do documento-base da CNDRSS, que a comissão organizadora discutiu, serão aprovados pela plenária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), a ser realizada em 29 e 30 de agosto.

De acordo com Roseli Bueno de Andrade, da Secretaria do Condraf, as reuniões da comissão organizadora são importantes porque definem temas e apontam prioridades a que as subcomissões devem se dedicar para o sucesso da CNDRSS. “Uma dessas prioridades é a construção do documento-base da Conferência, que tem por objetivo formular uma política de Estado de desenvolvimento sustentável e solidário para o meio rural”, afirma Roseli.

O documento-base servirá de referência para as conferências preparatórias estaduais, municipais e territoriais, que ocorrerão em todo o País, antes da CNDRSS. Ele será elaborado por integrantes da subcomissão de Conteúdo e Metodologia do Condraf e ficará pronto ainda este ano.

Os obstáculos que travaram o licenciamento das usinas hidrelétricas do Rio Madeira têm tudo para surgir novamente caso não se corrija um problema estrutural: a falta de conhecimento e de informações físicas, biológicas e até socioeconômicas da Amazônia. É na região Norte que se concentra 64% do potencial de energia hídrica ainda inexplorado do país, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), mas falta a ela um banco de dados ambientais adequado, diz Cláudio Langone, ex-secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente.

Com o reduzido potencial de expansão nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, os especialistas não têm mais dúvidas de que, se quiser expandir a oferta de energia com base em uma matriz limpa e renovável, o país terá que enfrentar o desafio de construir usinas na Amazônia. Nesse contexto, o complexo do Madeira pode ser visto como somente o primeiro de uma série de licenciamentos ambientais igualmente complexos e polêmicos. "No processo de licenciamento do Madeira, ficou evidente a necessidade de aprimoramento das informações", afirma o ex-secretário, que deixou o cargo em abril. "O conhecimento acumulado sobre a região amazônica é fruto, principalmente, de projetos pontuais."

Um exemplo: os estudos mais confiáveis até hoje sobre espécies de peixes no Madeira foram produzidos pelo consórcio Furnas/Odebrecht, em parceria com a Universidade Federal do Amazonas. Para identificar a dinâmica de migração e reprodução dos peixes, as pesquisas ocorreram em dois meses, dezembro e janeiro. Na falta de uma série histórica para analisar a diversidade de espécies e seus movimentos no rio, o ideal seria ter dados pelo menos para os períodos de chuvas e de seca na região, mas nem isso estava disponível, diz o ex-secretário. "O problema é que, freqüentemente, os empreendedores precisam sair do zero para fazer o EIA-Rima."

Para ele, é recomendável investir uma parcela dos royalties pagos pelas hidrelétricas para investir em produção de conhecimento por instituições que atuam na região, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o museu paraense Emílio Goeldi. "Isso pode reduzir muito o custo do licenciamento e a insegurança dos técnicos para assinar pareceres."

Um dos mais bem-sucedidos programas de investigação científica na Amazônia, o Provárzea, era financiado com verbas de cooperação internacional. Chegou a ser eleito uma das sete melhores experiências de gestão ambiental do continente, mas foi paralisado porque o convênio acabou e os recursos secaram. A situação torna-se especialmente preocupante quando se leva em conta que só 9% do potencial hidrelétrico do Norte foi explorado até hoje.

O novo diretor de licenciamento do Ibama, Roberto Messias Franco, concorda que faltam recursos e diz que, na Amazônia, estima-se em 50% a quantidade de espécies de fauna e flora que jamais foram catalogadas. "Nos anos 70, quando comecei a trabalhar na área ambiental, não havia nem levantamentos topográficos da região. Mas ainda existem vazios de informação enormes", avalia.

Cerca de 25% da região amazônica é formada por terras indígenas e outros 16% são unidades de conservação federal - com restrições especialmente complicadas ao licenciamento. Diferentemente do que ocorreu no Sul e Sudeste, as futuras usinas hidrelétricas da Amazônia aproveitam a força dos rios, e não enormes quedas d'água. Por

isso, aposta-se no uso de turbinas bulbo, que aproveitam essa vazão maior e permitem a construção de reservatórios menores.

Langone afirma que a tendência para os futuros empreendimentos da região Norte, daqui em diante, é o licenciamento conjunto das usinas propriamente ditas e das linhas de transmissão. Uma solução foi encontrada na construção do gasoduto Coari-Manaus: foram abertas pequenas vias, no meio da floresta, para colocação dos dutos por helicóptero. A estratégia, no entanto, não pode se reproduzir para as linhas de transmissão, acrescenta Langone.

MMA estabelece objetivos para proteção das florestas – Adriano Ceolin - Sítio Eletrônico do MMA - 16/07/2007

Nesta terça-feira (17), comemora-se o Dia de Proteção às Florestas em todo o Brasil. Muitas metas foram cumpridas nos últimos anos e novos objetivos já estão definidos para o próximo quadriênio, segundo o novo diretor do Programa Nacional de Florestas (PNF), Leonel Pereira. "Basicamente, são três os nossos objetivos: dar seqüência à expansão da base florestal; implementar o Programa Nacional Silvicultura de Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais (Pensaf); e recuperar áreas degradadas", afirmou Pereira.

Segundo ele, as ações de reflorestamento desenvolvidas entre 2003 e 2006 resultaram na média anual de 600 mil hectares plantados. "São árvores de pinho e eucalipto. Precisamos agora diversificar, ampliando o programa para outras espécies", disse o diretor do PNF. A meta é aumentar a média anual de plantio para 1 milhão de hectares, até 2010. "Para isso, um dos nossos objetivos é aproximar financiadores e produtores", afirmou.

Já o Pensaf, lançado em outubro de 2006 em parceria com os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Ciência e Tecnologia, deve ser impulsionado. Com ele, pretende-se criar condições favoráveis à utilização de espécies florestais nativas e sistemas agroflorestais para produção comercial. Isso irá resultar no aumento da disponibilidade de seus produtos e em benefícios sociais, econômicos e ambientais.

Pereira destacou ainda que a revitalização da Bacia do Rio São Francisco, desenvolvida em parceria com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco (Codevasf), servirá como projeto-piloto na recuperação de áreas florestais degradadas. Segundo ele, estudos para recuperar essa área já estão sendo feitos.

Agrofloresta: cultivo diversificado e preservação florestal – Carla Cobalchini – Sítio Eletrônico do MST – 16/07/2007

Sensibilizar as pessoas para a agrofloresta, um modo que se aproxima muito do sistema natural, através de experiências já vivenciadas por agricultores. Essa foi a intenção da oficina de Sistemas Agroflorestais promovida pela Assessorar – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural – no terceiro dia da 6ª Jornada de Agroecologia, em Cascavel (PR). A Assessorar trouxe um vídeo com falas de vinte agricultores de dez municípios do sudoeste do Paraná, que iniciaram experiências agroflorestais em 2003.

O engenheiro agrônomo Serinei Cesar Grigolo, da equipe da Assessorar, explica que a agrofloresta é uma prática que prevê cultivos diversos na mesma área proporcionando colheitas em dez, vinte, quarenta anos, e permite ao mesmo tempo a preservação da floresta e a sobrevivência das famílias camponesas.

Os pequenos agricultores, que são um alvo mais vulnerável da fiscalização, questionam a legislação porque por muito tempo colaborou com o desmatamento enquanto os camponeses praticavam a agroecologia. Hoje, esses mesmos camponeses são os primeiros a receber multas e punições. A própria assistência técnica os incentivava a construir chiqueiros sobre os açudes, e agora a lei manda retirar implicando num alto custo para essas famílias.

Ao mesmo tempo, a monocultura e a aplicação de agrotóxicos também ameaçaram a preservação do meio ambiente e, no entanto, não há regulamentação que restrinja essa prática. Grigolo afirma que para preservar a natureza não basta manter a mata ciliar ou as áreas de preservação permanente se existe um sistema de produção altamente contaminante: os agrotóxicos e a monocultura. A legislação ainda trata da mesma forma, pequenas e grandes propriedades e apresenta muitas falhas; é proibitiva, punitiva e não está disposta a dialogar e construir uma solução com a sociedade.

Na agricultura familiar o camponês precisa sobreviver na área que reside e preservar aquele espaço. O mecanismo da agrofloresta é uma alternativa para isso.

Reflorestamento

Hoje, as opções de reflorestamento existente no Brasil são pinus e eucalipto, que são plantas exóticas (não pertencentes ao bioma). Segundo Grigolo, são conhecidas experiências de outros países que pesquisaram espécies nativas, desenvolvidas e melhoradas pela pesquisa. Logo essas espécies foram adaptadas ao bioma local. Essa adaptação de plantas nativas é mais adequada à preservação ambiental do que as espécies exóticas.

No Brasil é proibido cortar qualquer árvore nativa; é necessário requerer uma licença mesmo quando a árvore for utilizada para a construção de uma casa, por exemplo. Se numa determinada área nasce um pinheiro e o agricultor avalia que no futuro pode atrapalhar algum cultivo, ele já mata a planta porque sabe que dificilmente obterá uma licença mais tarde. A própria legislação força os agricultores a fazerem isso, pois, se pensassem que poderiam cortar mais tarde esse pinheiro e outros, deixariam crescer todas as árvores que viriam espontaneamente. Enquanto não existir uma garantia da lei, as nativas ficarão cercadas, presas apenas na reserva permanente, fora disso não haverá nenhuma espécie nativa.

Para Grigolo, “nós precisamos de pesquisa, cada região tem algumas espécies que desenvolvem bem. No sudoeste nós temos o louro branco, o louro preto, a canafístula, o cedro, que são madeiras que tem um crescimento relativamente rápido e podem ser usados

para móveis, são madeiras duras, são fortes enquanto pinus e eucalipto são consideradas madeiras fracas.” Durante a oficina, os agricultores manifestaram forte disposição em praticar a agrofloresta, foram sensibilizados pela proposta da Assessorar e lançarão a mesma idéia nas comunidades onde vivem.

Comunidade florestal cria mercado de US\$ 150 bi - Herton Escobar – Estado de São Paulo – Vida & - 17/07/2007

Relatório de organização internacional revela, no entanto, que ainda há muita burocracia e pouco apoio governamental à exploração sustentável

O mercado mundial de madeira e outros produtos florestais produzidos por comunidades tradicionais em países tropicais movimentam cerca de US\$ 150 bilhões por ano, segundo um relatório divulgado ontem pela Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO, na sigla em inglês) em Rio Branco, no Acre. Apesar disso, o setor ainda sofre com a burocracia excessiva e a falta de apoio governamental - fatores que limitam sua capacidade de conservar as florestas e tirar sustento delas ao mesmo tempo, segundo o documento.

O estudo mostra ainda que, considerando-se todos os investimentos informais que são feitos no gerenciamento e manutenção dos recursos naturais explorados, esses empreendimentos comunitários injetam US\$ 2,5 bilhões por ano na conservação de florestas tropicais - mais que o dobro do valor investido pelos governos dos mesmos países. Mas, nem por isso, recebem o suporte legal e financeiro necessário para modernizar suas operações.

Lideranças sociais da Amazônia aproveitaram o relatório para exigir do governo federal a elaboração de uma Política Nacional de Apoio ao Manejo Florestal Comunitário. Uma carta nesse sentido foi entregue à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, no domingo, após a abertura de uma conferência promovida pela ITTO no Acre. Entidades pedem, por exemplo, a criação de linhas de crédito específicas para o manejo comunitário, regulamentação fundiária e investimentos em infra-estrutura para beneficiamento e escoamento dos produtos florestais.

“Temos um marco regulatório para empresas, mas não para famílias e comunidades tradicionais”, disse ao Estado o presidente do conselho-diretor da FSC Brasil e membro do grupo de trabalho de Manejo Florestal Comunitário, Rubens Gomes. “Ficamos numa situação de fragilidade total, dependendo de articulações políticas para a aprovação de cada plano de manejo.”

O manejo comunitário é aquele praticado por comunidades tradicionais da floresta, ao contrário de empresas privadas, para exploração de madeira e outros produtos florestais, como fibras, sementes, frutos e resinas. Os empreendimentos são tipicamente pequenos, mal equipados e de baixa competitividade. Mas, com um pouco de ajuda, podem se tornar uma maneira lucrativa de preservar as florestas, segundo o estudo da ITTO.

O relatório é baseado em exemplos de empreendimentos comunitários de sucesso em diversos países tropicais, como China, Índia, Camarões, Honduras, Bolívia e Colômbia. Dois projetos brasileiros são destacados: a exploração de castanha-do-Brasil, em Manicoré, e de madeira, em Mamirauá, ambos no Amazonas. A ITTO é uma organização intergovernamental, com sede no Japão, voltada ao uso sustentável dos recursos florestais.

COMPETIÇÃO DESLEAL

Para o diretor-executivo da ITTO, Manoel Sobral Filho, o governo deveria financiar empreendimentos comunitários da mesma forma que subsidia a indústria de florestas plantadas. “A floresta natural é muito pouco competitiva”, disse.

Segundo ele, é preciso compensar essa falta de competitividade com subsídios e pagamento por serviços ambientais fornecidos pela floresta, como a conservação da biodiversidade, regulação climática, absorção de carbono e proteção dos recursos hídricos.

“É um problema econômico”, disse. “Temos de desenvolver a floresta como uma opção economicamente viável de uso do solo.” No Acre, segundo ele, um hectare de floresta custa cinco vezes menos do que um hectare de área desmatada - que pode ser mais facilmente aproveitada para a agricultura e pecuária.

A burocracia é outro problema. “É muito mais fácil no Brasil conseguir uma licença de desmatamento do que uma licença de manejo florestal”, aponta Sobral. “Acho que o desafio agora é principalmente regulatório”, completa Andy White, co-autor do relatório e coordenador da Iniciativa para Direitos e Recursos Naturais. A burocracia excessiva, segundo ele, reduz a capacidade competitiva dos pequenos produtores e acaba incentivando a ilegalidade.

“As pessoas têm de ser capazes de usar suas florestas e se beneficiar delas”, afirmou White. “Só assim você garante mais florestas e menos pobreza.”

O diretor do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), Tasso Azevedo, reconheceu que a burocracia é um problema, mas disse o governo já está atuando sobre várias das exigências apresentadas. “A sociedade quer que a gente tenha essa burocracia, que controlemos tudo, e isso acaba criando dificuldades”, disse.

O crédito disponível para pequenas atividades florestais no País, segundo ele, cresceu de R\$ 2 milhões para R\$ 150 milhões nos últimos cinco anos.

VALORES - US\$ 150 bi - é o valor movimentado no mundo por madeira e outros produtos florestais de empreendimentos comunitários

US\$ 2,5 bi - é o valor investido por famílias e comunidades tradicionais na conservação das florestas que são exploradas por elas

Perda de geleiras ameaça cidades, agricultura e oferta de energia

A paisagem dos vales andinos, onde emergiu o império inca, está em mutação.

Transformase mais depressa do que estimavam estudos sobre o aquecimento global, com conseqüências econômicas e sociais. Da Colômbia ao Chile, as geleiras dos Andes recuam. Com elas se vai a água da qual dependem capitais como La Paz, na Bolívia, e Quito, no Equador. Geleiras são importantes reservatórios de água, muitas vezes a principal fonte na estação seca. Por isso, esgotam-se os recursos que ajudam a sustentar a agricultura.

Biodiversidade está em risco

As geleiras influenciam também o potencial energético, já que a maioria dos países andinos tem nas hidroelétricas a principal fonte de eletricidade.

— Cerca de 90% das geleiras andinas perderam até 30% de sua área nos últimos 40 anos — diz o glaciologista Jefferson Simões, representante brasileiro no Grupo de Trabalho de Neve e Gelo, uma rede latino-americana de pesquisa ligada à Unesco, e coordenador do Núcleo de Pesquisas Antárticas e Climáticas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

As ondas de frio que castigam desde o fim de junho os países andinos cobriram apenas temporariamente de branco cicatrizes do último verão: as marcas da retração das geleiras. O professor da Escola de Geociências e Meio Ambiente da Universidade Nacional da Colômbia Germán Poveda diz que a maior preocupação são os Andes tropicais — santuários de biodiversidade e fontes de água para milhões de pessoas. Os Andes tropicais são os maiores centros de diversidade de batata e milho, por exemplo.

— As geleiras de Colômbia, Bolívia, Peru e Equador são frágeis porque estão na região tropical, onde mudanças de temperatura afetam muito a quantidade de precipitação — explica Poveda, cujo grupo monitora o desaparecimento das geleiras colombianas.

O climatologista José Marengo, do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CPTEC/Inpe), em Cachoeira Paulista (SP), diz que a Cordilheira Blanca, no Peru, é um exemplo dramático.

— De 1950 a 2000 houve uma redução de 70% das geleiras da cordilheira.

Nem Huascarán, a geleira mais alta do Peru, a cerca de 6.000 metros de altitude, escapou — diz Marengo.

No Peru, no Vale Sagrado dos Incas, o milho floresceu por séculos graças à combinação de água, temperatura e solo. Mas nas últimas décadas, só este último permanece estável. A temperatura subiu: nos Andes tropicais ela aumentou 0,11 grau Celsius por década, contra a média mundial de 0,06 grau/década.

E as geleiras, principais fontes de água nos meses secos, diminuíram.

Outra cultura afetada é a batata, que igualmente depende da água das geleiras do sul do Peru.

Nas cidades o impacto não é menor.

Setenta por cento da água de La Paz vem do derretimento das geleiras, diz Marengo. A capital boliviana pode ter em pouco tempo problemas com falta de água durante a estação seca, alerta Rodolfo Iturraspe, coordenador do Grupo de Neve e Gelo e pesquisador do Centro Austral de Investigação Científicas, em Ushuaia, Argentina.

— A geração hidroelétrica em toda a região será afetada — diz Iturraspe.

Poveda alerta para as conseqüências sociais e econômicas da redução de oferta de água em capitais como Bogotá, Quito e La Paz. E são muitas as cidades afetadas. Exemplos

são Medellín e Cali, na Colômbia; Cuzco e Arequipa, no Peru; Cochabamba, na Bolívia; Riobamba, no Equador.

— Há centenas de cidades médias e pequenas que precisam cada vez mais de recursos — diz Poveda.

Na Bolívia, o fim de um símbolo

Vem da Bolívia um caso simbólico: Chacaltaya. A geleira fica a 5.200 metros de altitude. Tão alto que de lá se vê o lago Titicaca no horizonte. O que não se vê mais é neve no verão. A geleira que mantinha a única estação de esqui do país quase desapareceu.

— O retrocesso foi bem documentado desde 1991. Ela perdeu 1,20 metro por ano de espessura. Essa redução é representativa para a maioria das geleiras da Cordilheira Real da Bolívia — diz Iturraspe.

Poveda classifica a situação da Colômbia como extremamente preocupante.

Um exemplo é o Nevado del Huila, que perdeu 58% da área de geleiras entre 1989 e 2005.

— Até meados do século, as geleiras colombianas terão desaparecido — afirma Poveda.

A nova onda verde - Sergio Amaral – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 18/07/2007

Os sinais são claros: estamos na iminência de uma nova onda verde. Desta feita, a consciência ambientalista veio para ficar. O compromisso com o meio ambiente e com a redução das emissões de gases de efeito estufa deverão incorporar-se à nossa visão de mundo, à nossa forma de ser, de produzir, de votar ou de consumir.

As razões são muitas. Em primeiro lugar, estão as evidências científicas, analisadas pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC), que deixam pouca margem a dúvida sobre o aumento da temperatura, sua origem na emissão de gases-estufa e seu impacto devastador sobre países, populações, flora, fauna e agricultura. As conclusões deste grupo de 2 mil cientistas, convocados pela ONU sinalizam que, se estas emissões não se estabilizarem até 2015, para em seguida se reduzirem progressivamente de 50% a 80% até 2050, o aumento da temperatura deverá superar 2 graus Celsius, patamar em que o ritmo do aquecimento global deverá acelerar-se, tomar rumos imprevisíveis e certamente mais graves.

O segundo argumento é econômico e está associado ao aumento do preço de petróleo e à necessidade de desenvolver fontes alternativas e renováveis de energia. É o caso, por exemplo, do etanol. O argumento econômico aponta igualmente para os ganhos que novas tecnologias para maior eficiência na produção e no gasto de energia poderão trazer ao setor produtivo. Uma política industrial de caráter ambiental poderá representar - e em alguns casos já é - importante fonte de geração de riquezas.

Mais recentemente, uma motivação política se adicionou aos argumentos precedentes. Foi a percepção, por parte dos Estados Unidos, de que estavam financiando os dois lados do terrorismo: de um lado, ao comprar petróleo a um preço elevado estavam indiretamente subsidiando movimentos terroristas - a Arábia Súdita representa apenas 1%

da população muçulmana, mas contribui com 90% dos recursos destinados aos movimentos e à luta pela causa islâmica; de outro, com o dinheiro do contribuinte cobriam o esforço militar para combatê-lo.

Por fim, o ambientalismo tornou-se uma importante causa moral, com poderosos apóstolos. Bono, o lendário integrante do U2, agradeceu recentemente, perante uma platéia de alguns milhares de adolescentes, a um empresário do Silicon Valley por ter destinado US\$ 200 milhões a incubadoras de tecnologias limpas. O príncipe Charles, por sua vez, conclamou a Wall Mart e a Tesco, duas prestigiosas redes de distribuição mundiais, a colocarem etiquetas em seus produtos com a indicação da origem e do processo de produção da mercadoria, de modo a evitar que o consumidor gaste o seu dinheiro em benefício de países ou produtores ambientalmente incorretos.

Estamos assistindo a uma acirrada competição entre países, empresas e indivíduos para ver quem é mais verde. Que governo assumirá metas mais ambiciosas para a redução de gases-estufa? Quem criará impostos para quem polui ou dará subsídios a quem produz com tecnologias limpas? Schwarzenegger, na Califórnia, fixou uma meta de redução de 20% nas emissões de carbono até 2020 e de 80% até 2050. Delanoë já começou a distribuir dezenas de milhares de bicicletas nas bocas de metrô em Paris, para que a população deixe os carros em casa. E Ken Livingstone estabeleceu um pedágio equivalente a R\$ 30 por dia para os carros que circularem no centro de Londres.

E nós como estamos? Somos pioneiros no desenvolvimento de uma modalidade de bioenergia - o etanol - que já responde por 40% do combustível utilizado no transporte. Nenhum país chegou a tanto. Temos uma matriz energética limpa. Mas nossos méritos parecem parar por aí. Hoje nos tornamos o quinto emissor de dióxido de carbono, que não provém da indústria nem dos transportes, como na maioria dos países avançados. No Brasil, 75% das emissões decorrem do desmatamento da Amazônia.

No momento em que todos querem pintar-se de verde, temos no meio ambiente um inigualável patrimônio. Como tem reiterado o embaixador Ricupero em diversos artigos, o Brasil conta com a maior floresta tropical do planeta, um dos principais reservatórios de água doce, biodiversidade riquíssima, equação energética limpa e a melhor experiência em biocombustível.

Para tirar proveito destas vantagens o Brasil precisa abandonar resistências e hesitações, deixar de ver a agenda ambiental sob o prisma das relações Norte-Sul, para poder assumir plenamente as suas responsabilidades. Baixar definitivamente as taxas de desmatamento da Amazônia, anunciando medidas efetivas, em vez desculpas. No lugar de uma aliança implícita com os Estados Unidos sobre uma má causa, como ocorreu na recente reunião do G-8, aceitar metas quantitativas para a redução dos gases-estufa, pois, se que quem polui paga, já temos uma boa dívida para saldar. Pesquisar a biodiversidade, desenvolver a biotecnologia, promover uma política industrial da eficiência energética. E adotar uma postura nova sobre a chamada cláusula ambiental. Se, de um lado, não queremos que a proteção do meio ambiente se torne pretexto para o protecionismo, de outro, produtores e consumidores brasileiros não desejam assistir à invasão de produtos, provenientes sobretudo da Ásia, fabricados sem o respeito a regras ambientais mínimas.

A complacência com a poluição e com o aquecimento global colocarão países e empresas num ostracismo perante a comunidade internacional. Não temos razão para fugir de nossas responsabilidades. Ao contrário, temos condições para assumir uma liderança real e apontar os caminhos em relação a um dos mais importantes temas da agenda internacional no século 21. Não podemos perder esta oportunidade.

Sergio Amaral, diretor internacional da Faap, é coordenador dos Conselhos Superiores da Fiesp

'Política vai determinar decisões sobre mudanças climáticas' - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2007

Rajendra Pachauri: presidente do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)

Segundo especialista, o debate entre países sobre redução de emissões de CO2 acabará deixando de lado aspectos científicos

Uma das principais personalidades no debate sobre mudanças climáticas no mundo, Rajendra Pachauri teme que as decisões dos governos ao lidar com as emissões de CO2 serão baseadas em aspectos políticos, e não nas evidências científicas. Em declarações ao Estado, Pachauri, presidente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), prevê uma dura disputa diplomática entre países nos próximos meses para se determinar de que forma a comunidade internacional enfrentará as mudanças climáticas.

Em setembro, líderes de todo o mundo se reúnem na sede da ONU. O Brasil vai integrar o grupo de pressão contra a intenção de países ricos de impor metas de corte de emissão de poluentes pelos países emergentes. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve propor que países desenvolvidos tenham medidas de estímulo financeiro para emergentes que já têm políticas de redução de desmatamento. Em dezembro, haverá outra conferência, em Bali.

Segundo Pachauri, as evidências são claras: os efeitos do clima atingirão todo o mundo e, em especial, as populações mais pobres. “A agricultura de muitos países sofrerá e os alimentos ficarão mais caros.” Eis os principais trechos da entrevista:

Dados da ONU apontam que os países emergentes começam a se equiparar em termos de emissões de CO2 com os países ricos. Mas Brasil, China e Índia são contrários ao estabelecimento de um teto em suas emissões. Como o senhor avalia a situação?

Esse é um tema que os negociadores terão de decidir. Não vou sugerir políticas. Mas, sinceramente, o processo ainda não chegou ao estágio de se estabelecer um teto para as emissões. Antes de fazer isso, os países precisam chegar a um acordo sobre qual deve ser a temperatura de equilíbrio que o planeta precisa para se estabilizar. Só então é que os

governos irão tomar decisões sobre como devem ficar os níveis de emissões de CO2. Alguns defendem que os países emergentes congelem suas emissões, enquanto os países desenvolvidos continuam em seu trágico percurso. Outros falam em convergência. Na minha opinião, essa questão será o centro das negociações nos próximos meses. A decisão, porém, não será científica.

Qual será a base da decisão? Política. Os governos terão de avaliar como querem compartilhar a responsabilidade em manter o clima do planeta.

O Brasil já indicou que irá apresentar uma proposta na reunião da ONU em setembro e na conferência sobre o clima em dezembro para criar uma espécie de mecanismo internacional para ajudar financeiramente os países em desenvolvimento a evitar o desmatamento de suas florestas. Quais são as chances de a proposta prosperar? De fato o Brasil está sendo agressivo nessa proposta e o tema promete estar entre os principais da agenda. Tenho informações de que muitos países são favoráveis a ela. Mas uma resistência será colocada contra a idéia por parte de alguns países ricos. O que vão questionar é como monitorar esse reflorestamento ou desmatamento que ocorra. Mas acredito que já existam tecnologias suficientes para que esse monitoramento possa ser feito. De qualquer forma, essa é uma das incertezas que a proposta brasileira enfrentará nas próximas reuniões e que alguns países usarão para argumentar contra ela.

Para os países em desenvolvimento, quais devem ser os impactos de uma brusca mudança no clima?

Os mais afetados serão sempre os pobres. Mas um aspecto importante ainda é o impacto na agricultura de uma elevação das temperaturas e de condições extremas, como secas mais intensas ou tempestades. Muitos que têm suas vidas dependendo do meio rural poderão ser duramente afetados. Os estoques de alimentos podem cair, como já vemos em algumas regiões. Isso ainda fará com que os preços de alimentos subam. Parte dessa população terá de partir para cultivos que possam resistir a condições mais adversas.

Nessa situação de falta de alimentos ou alta nos preços, como avalia o avanço da produção de milho para alimentar as usinas de etanol nos EUA?

De fato há uma grande preocupação em relação a isso. Se houver uma competição por terras entre o combustível e alimentos, quem sairá perdendo será a população mais pobre. Em uma estratégia de uso de biocombustíveis, o aumento da população mundial nos próximos anos precisa ser considerado.

Quem é: Rajendra Pachauri - Indiano, tem 66 anos e foi eleito presidente do IPCC em abril de 2002 - Tem mestrado e doutorado em engenharia industrial e doutorado em economia pela Universidade Estadual de Carolina do Norte (EUA) - Foi ministro do Petróleo e Gás Natural da Índia em 1994 e é presidente do Instituto Asiático de Energia desde 1992

O passado não tem pressa - Marcos Sá Corrêa - Estado de São Paulo – Vida & - 18/07/2007

Nada como viver num país onde o presente, o futuro e o passado podem cair na caixa de mensagens de seu computador ao mesmo tempo. Um dos e-mails avisa que no Engenhão, o novo estádio carioca construído para o Pan, a grama do campo será regada pela chuva. Não a que cai diretamente das nuvens, quando bem quer. Mas a do AcquaSave, a patente alemã de uma cisterna capaz de aproveitar mil e quinhentos litros por mês da água que, tradicionalmente, corre para o ralo. Pelo que diz o anúncio, dá para manter verde o gramado, prover os banheiros, arrefecer o calor nos dutos de refrigeração e até ficar de prontidão nas mangueiras, para apagar incêndios. Tudo isso cortando quase vinte mil reais na conta mensal da Companhia de Águas e Esgotos.

A ecologia deve andar mesmo com a bola toda, porque a notícia teve que competir com o convite para o lançamento do primeiro edifício residencial “sustentável” na cidade.

Para merecer o título de sustentável já não basta que os alicerces mantenham o prédio de pé, ao contrário do que acontecia com as torres do empresário Sérgio Naya na Barra da Tijuca. É preciso, segundo o incorporador, que ele preserve o meio ambiente, melhore a vida dos moradores e, de quebra, reduza a taxa de condomínio.

Em outras palavras, as mais ou menos técnicas, ele tem que nascer verde desde o primeiro tijolo, justamente por dispensar o tijolo. Tem paredes autoportantes, em materiais pré-moldados, que não exigem pilares para se ancorar nas fundações. Evita o uso de andaimes, que pareciam inseparáveis da construção civil no País. Na serra gaúcha, até hoje há quem culpe a construção de Brasília pela escassez de araucárias no fundo de seus pastos. Soa a exagero. Mas, basta ver uma fotografia das obras por Marcel Gautherot, com a arquitetura de Oscar Niemeyer invariavelmente enjaulada numa gaiola de tábuas, para achar que os desflorestados do Rio Grande do Sul talvez não estejam delirando.

Qualquer pessoa que tenha passado pela experiência de bater um prego numa parede em Nova York, nas últimas três ou quatro décadas, pode ter a impressão de que conhece a novidade de algum lugar.

Mas isso não impede que ela desembarque com fanfarras no Rio, desde escoltada, como ela veio, pelas promessas de acabar com a era das tubulações que se escondiam atrás do reboco para se infiltrar no teto do vizinho, de reaproveitar pelo menos 20% do entulho gerado no canteiro de obras e reciclar a água servida para utilizar nos vasos sanitários.

O edifício fará coleta seletiva de lixo, pretendendo amortizar parte dos custos de sua manutenção com a venda de alumínio, papel e vidro para a reciclagem. Terá um pomar, para que os condôminos, “e principalmente as crianças, tenham contato com frutas e verduras diretamente da natureza, vendo-as crescer e aprendendo a cuidá-las, além de curtir o prazer de poder colhê-las diretamente no pé”. E, como o Engenhão, reservará água de chuva para, nas estiagens, molhar o jardim.

Pronto para morar no futuro? Não sem antes abrir o terceiro e-mail. Ele diz que, segundo o IBGE, 47,2% das cidades brasileiras não têm coleta nem tratamento de esgoto. E, das que coletam, 30% não tratam. Somadas, dão 77,2%.

São maioria suficiente para não nos deixar esquecer que há mais coisas entre os canaviais e o etanol do que supõe nossa vã futurologia. **É jornalista e editor do site O Eco**

Ministro defende esforços para manter liderança brasileira na energia limpa – Sítio Eletrônico do MMA – 18/07/2007

O ministro interino de Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, disse nesta quarta-feira (18) que a vanguarda do Brasil na área de produção de energia limpa depende de novos esforços para aprofundar os benefícios tecnológicos atuais e manter o País não apenas na liderança do processo, mas na dianteira mundial dos negócios nesta área. "Precisamos permanentemente de novos investimentos, em busca de novas soluções tecnológicas que sejam capazes de aprimorar ainda mais os processos produtivos limpos no País. Do contrário, podemos perder nossa posição atual", afirmou Capobianco.

O ministro, para quem "o Brasil tem plenas condições de avançar mais nas inovações", falou a uma platéia composta dos industriais, gestores e jornalistas, durante seminário sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Limpo, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília.

Capobianco disse que o MMA continuará com sua política de apoio a projetos dos setores público e privado que combinem desenvolvimento com conservação dos recursos naturais do País - algo possível e viável, como prova o Programa Brasileiro do Etanol, importante fonte limpa de divisas para o Brasil.

O ministro interino aproveitou o evento para anunciar que em breve será divulgada a confirmação da taxa de desmatamento da Amazônia para o período 2005-2006 e a estimativa para o próximo ano. Em outubro de 2006, foi anunciada a tendência projetada para 2005-2006, segundo dados do Projeto Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes): queda de 30%. O Prodes é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O combate à devastação da floresta amazônica é um fator importante para minimizar as emissões de carbono da atmosfera e, por consequência, o aquecimento global.

Durante o seminário, o Ministério do Meio Ambiente firmou um protocolo de intenções sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) com os ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia, além de vários setores da indústria. Esse é um dos pontos da agenda do Ano do Desenvolvimento Limpo, lançado na terça-feira (17) pelo Governo Federal, e que pretende chamar a atenção da sociedade civil sobre a influência do MDL e do mercado de carbono na redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa.

Comissão Organizadora Nacional aprova regulamento da III CNMA – Sítio Eletrônico do MMA – 18/07/2007

O regulamento da III Conferência Nacional do Meio Ambiente (III CNMA) foi aprovado pela Comissão Organizadora Nacional (CON), nesta quarta-feira (18) em Brasília, após debate das sugestões e contribuições apresentadas. Agora, ele será submetido à apreciação da Consultoria Jurídica e do Conselho de Dirigentes do Ministério do Meio Ambiente.

Na abertura do encontro, o secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Hamilton Pereira, destacou a importância da participação social no processo de construção de políticas públicas ambientais. A CNMA é considerada um dos principais fóruns de participação da sociedade nas decisões políticas no ministério.

Durante a reunião, também foram apresentados os novos integrantes da Comissão Nacional. A partir de agora, os ministérios de Relações Exteriores (MRE) e de Ciência e Tecnologia passam a compor a CON. Representante do MRE, o embaixador Sérgio Serra destacou a importância do trabalho desenvolvido em conjunto com o MMA. "Temos todo interesse em acompanhar os desdobramentos da conferência, que tem como tema as mudanças climáticas, pois também vamos extrair elementos para as negociações internacionais", explica.

Já o representante dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJ) na comissão, Renan Gonçalves, o destacou o empenho dos Coletivos Jovens Estaduais, por meio da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (RJUMA), para ampliar a participação de jovens nas conferências estaduais. "Queremos aumentar o protagonismo juvenil na CNMA. O tema é urgente e nós temos muito a aprender e a contribuir", disse Gonçalves.

A Comissão Nacional ainda contou com a presença dos representantes do Ibama, Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério da Educação, Senado Federal, Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, Instituto Ethos de Responsabilidade Social, Movimento Nacional de Pescadores (Monape), Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Povos Indígenas na COP 8, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), entre outros. Fonte: CNMA ASCOM

Capacitação para o desenvolvimento territorial começa em Brasília – Sítio Eletrônico da SDT – 18/07/2007

Começa nesta quarta-feira (18), às 9h, no Hotel Nacional, em Brasília, a Oficina Nacional de Capacitação para o Apoio ao Desenvolvimento Territorial. O evento tem o objetivo de capacitar os novos membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC), articuladores regionais e estaduais sobre os conceitos e estratégias para o apoio ao desenvolvimento territorial. O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, abre o encontro.

Durante a oficina, serão apresentados os conceitos que fundamentam a estratégia adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), os instrumentos de gestão social dos territórios rurais e os Sistemas de Informação Gerenciais e Territoriais, desenvolvidos pela Assessoria de Planejamento.

Os participantes também terão acesso à metodologia de agrupamento de territórios e informações acerca dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial por área de resultado: fortalecimento da gestão social, fortalecimento das redes sociais de cooperação, dinamização econômica nos territórios rurais e articulação de políticas públicas. Haverá debates e realização de trabalhos em grupo. A oficina vai até a sexta-feira (20).

O Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais tem o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, sobretudo a pobreza e a exclusão social. Atualmente, a SDT apóia 120 territórios em todo o País.

Capacitação para o desenvolvimento territorial começa em Brasília – Sítio Eletrônico MDA – 19/07/2007

Começa nesta quarta-feira (18), às 9h, no Hotel Nacional, em Brasília, a Oficina Nacional de Capacitação para o Apoio ao Desenvolvimento Territorial. O evento tem o objetivo de capacitar os novos membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC), articuladores regionais e estaduais sobre os conceitos e estratégias para o apoio ao desenvolvimento territorial. O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, abre o encontro.

Durante a oficina, serão apresentados os conceitos que fundamentam a estratégia adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), os instrumentos de gestão social dos territórios rurais e os Sistemas de Informação Gerenciais e Territoriais, desenvolvidos pela Assessoria de Planejamento.

Os participantes também terão acesso à metodologia de agrupamento de territórios e informações acerca dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial por área de resultado: fortalecimento da gestão social, fortalecimento das redes sociais de cooperação, dinamização econômica nos territórios rurais e articulação de políticas públicas. Haverá debates e realização de trabalhos em grupo. A oficina vai até a sexta-feira (20).

O Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais tem o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, sobretudo a pobreza e a exclusão social. Atualmente, a SDT apóia 120 territórios em todo o País.

Desenvolvimento territorial é tema de oficina realizada em Brasília – Sítio Eletrônico da SDT – 19/07/2007

Começou nesta quarta (18) e segue até a próxima sexta-feira (20), em Brasília, a Oficina Nacional de Capacitação para o Apoio ao Desenvolvimento Territorial. Participam do evento novos articuladores estaduais, territoriais e membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC). O secretário de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Humberto Oliveira, esteve na abertura do evento.

O secretário do MDA falou sobre o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat) e destacou três elementos centrais: a constituição e o fortalecimento dos colegiados territoriais; a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); e a elaboração dos projetos territoriais.

Oliveira explicou que tão importante quanto o bom nível técnico dos PTDRS é que eles sejam de domínio dos atores sociais. Em relação aos projetos territoriais afirmou ser necessário que eles contemplem ações voltadas para a melhoria da infra-estrutura nos territórios. E acrescentou. “É fundamental, também, que a capacitação dos beneficiários garantam a gestão social dos empreendimentos”.

Segundo ele, outro aspecto importante é que os projetos sejam territoriais e não destinados individualmente a cada um dos municípios. Oliveira ainda apresentou, durante o evento, o Programa Territórios da Cidadania, que está sendo elaborado pelo MDA. O objetivo principal do programa federal é a superação da pobreza no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Programação da Oficina

Durante a oficina, serão apresentados os conceitos que fundamentam a estratégia adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), os instrumentos de gestão social dos territórios rurais e os Sistemas de Informação Gerenciais e Territoriais, desenvolvidos pela Assessoria de Planejamento.

Os participantes também terão acesso à metodologia de agrupamento de territórios e informações acerca dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento territorial por área de resultado: fortalecimento da gestão social e das redes sociais de cooperação, dinamização econômica nos territórios rurais e articulação de políticas públicas. Haverá debates e realização de trabalhos em grupo.

Além dos 30 novos articuladores e membros da RNC, também participam da oficina de capacitação, os articuladores regionais, técnicos das diversas áreas da SDT e os membros da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

A ecologia política e a economia ecológica – Luíza Mendes Furia – Valor Econômico – Investimentos - 19/07/2007

"O Ecologismo dos Pobres" - Joan Martínez

Alier Contexto, 384 págs., R\$ 53

A quantidade cada vez maior de recursos naturais necessários à produção industrial, além de esgotar alguns deles, leva a conflitos que interferem na estrutura produtiva, política e social em todo o mundo. Como lidar com essa complexa situação? Este é, de modo geral, o tema de "O Ecologismo dos Pobres", que debate as relações entre dois campos de estudos emergentes: a ecologia política e a economia ecológica.

Publicado originalmente em 2002, o livro é de um dos mais destacados economistas ecológicos do mundo, Joan Martínez Alier, professor da Universidade Autônoma de Barcelona e presidente da Sociedade Internacional de Economia Ecológica. Ele parte da análise das mais importantes correntes ambientalistas para depois deter-se no ecologismo dos pobres - ou da sobrevivência -, reconhecendo nesse estrato social uma atitude ambiental mais adequada que a das camadas mais ricas.

Mas não é só. "Estão pontuados conflitos do Sul e do Norte, rurais e urbanos, dos planaltos e das áreas úmidas", escreve. A preservação dos mangues, a resistência contra as represas e as disputas pelos aquíferos, os movimentos contra a exploração do gás e do petróleo nas regiões tropicais, a questão dos resíduos tóxicos, os transgênicos e a biopirataria são apenas alguns dos assuntos tratados, compondo um estudo abrangente, indispensável para quem quer que se preocupe com o meio ambiente. **(Luíza Mendes Furia, de São Paulo)**

Banco da UE apoiará projetos no Brasil - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007

O Banco Europeu de Investimentos (BEI), braço financeiro da União Européia (UE), decidiu financiar projetos de etanol e biodiesel no Brasil, dando uma guinada em sua estratégia para o país. Além de continuar a emprestar para expandir a presença da UE na região, o banco quer estimular projetos de "sustentabilidade ambiental" que atenuem as mudanças climáticas e assegurem o fornecimento energético para o bloco.

A assessoria do banco informou que uma condição prévia "crucial" para crédito para biocombustíveis no Brasil é o compromisso de conservação das florestas, além de passar por critérios de avaliação de solidez financeira, econômica e técnica. O BEI é o maior banco de desenvolvimento do mundo, com operações totalizando US\$ 60 bilhões, o dobro do Banco Mundial. Mas é sobretudo uma instituição de integração européia, com 85% de suas operações nos 27 estados-membros.

Os financiamentos destinados à América Latina podem alcançar vários bilhões de dólares no período 2007-2013. O orçamento tradicional vai aumentar 53% no período, totalizando 2,8 bilhões de euros, boa parte para projetos ambientais.

Além disso, o banco criou uma linha de crédito especial de 3 bilhões de euros, para apoiar projetos fora da UE que contribuam para sustentabilidade energética e fornecimento para o bloco. Ela pode ser usada apenas quando o banco não precisa da garantia da Comissão Européia para atenuar riscos políticos nos países de origem dos projetos. Para o

BEI, esse programa pode favorecer investimentos em biocombustíveis e em outros projetos de energia renovável no Brasil, mas não tem ainda nenhum projeto específico no país.

A UE tem meta de reduzir emissões de gases de efeito-estufa em 20% até 2020 comparado a 1990. Para isso, uma das medidas será aumentar a participação de biocombustíveis de 1% no consumo para 10%. Bruxelas constata, porém, que não consegue produzir tudo o que necessita e terá de importar etanol "verde" (que respeite critérios ambientais e sociais).

Enquanto o BEI promete financiar projetos ambientais cada vez mais também no exterior, parlamentares europeus apontam contradição na política européia. Por exemplo, o Fundo de Coesão da UE vai subsidiar os 10 novos países-membros, no leste europeu, com 177 bilhões de euros entre 2007-2013. Mas apenas 1% desse dinheiro será gasto com eficiência energética e energia sustentável, enquanto metade será destinada à expansão de infra-estrutura para transportes.

O BEI faz uma aproximação com o BNDES, que pode atuar como o intermediário nos financiamentos dos projetos. Além disso, não será mais obrigatória a presença de empresas européias para que os empréstimos possam ser feitos.

Ministério debate cadeias produtivas baseadas na biodiversidade – Ainda Feitosa – Sítio eletrônico do MMA – 20/07/2007

O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, promove nesta segunda-feira (23) palestra, seguida de debate, sobre o apoio a cadeias e arranjos produtivos locais baseados em recursos da sociobiodiversidade. O objetivo é discutir uma metodologia inovadora para expandir a escala de produção de produtos como açaí, babaçu, pinhão, carnaúba, copaíba, buriti, andiroba, baru, entre outros. O evento ocorrerá a partir das 15h no auditório do Ministério da Cultura, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Segundo a diretora de Extrativismo do MMA, Muriel Saragoussi, a produção nacional tem potencial subutilizado no mercado. "Esses produtos representam hoje apenas 0,4% do PIB. É preciso multiplicar esse número", disse a diretora, que atuará como moderadora do debate.

Durante a palestra, serão apresentados conceitos e estratégias para o apoio a cadeias e arranjos produtivos locais, a partir da experiência do Projeto Competir (Senai/Sebrae/GTZ) no Nordeste. A idéia é contribuir para a construção de uma visão sistêmica e articulada do governo e da sociedade sobre o tema, além de unir esforços para implementação de projetos que poderão se transformar em políticas públicas. "É uma oportunidade de valorizar os conhecimentos tradicionais, os povos tradicionais, de proteger os ecossistemas e promover a melhoria da qualidade de vida das populações", disse Muriel Saragoussi. Para o assessor técnico da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Bruno Filizola, o evento será uma oportunidade para discutir a importância do diálogo multiinstitucional com os diversos atores das cadeias produtivas e o papel dos órgãos de apoio a políticas públicas. "Com isso, buscaremos formas para resolver os gargalos desse setor", afirmou.

Brasil defende em Sydney proposta de combate ao desmatamento – Rafael Imolene –
MMA – 20/07/2007

O governo brasileiro apresentará em Sydney, na Austrália, os números da redução de desmatamento obtidos pelo País nos últimos anos, bem como a sua proposta de incentivo ao controle de desflorestamento, durante a Reunião de Alto Nível sobre Florestas e Clima. O encontro, promovido pela Austrália, em Sydney, de 22 a 25 de julho, é preparatório para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-13), que será realizada em Bali, na Indonésia, em dezembro.

Participam do evento países de todos os continentes, gerando uma importante oportunidade para o Brasil angariar apoio para sua proposta de mecanismo de incentivos positivos, que irá a debate na COP-13. O governo brasileiro será representado pela secretária de Mudanças do Clima e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Thelma Krug, e pelo assessor internacional do ministério, Fernando Lyrio.

Nos últimos dois anos, o Brasil reduziu o desmatamento da Amazônia em 52%, voluntariamente, uma vez que não integra acordos oficiais com a comunidade internacional para chegar a esse resultado. Segundo o MMA, o desempenho positivo do Brasil na área confere credibilidade entre as nações para conseguir aliados em sua proposta mundial. A intenção do Brasil é conseguir em Bali que os países ricos apóiem, inclusive com créditos financeiros, os programas de combate ao desmatamento efetuados pelos países em desenvolvimento.

De acordo com Lyrio, a proposta brasileira difere dos mecanismos de mercado praticados atualmente, nos quais os países industrializados apóiam os programas de outras nações e, em troca, compensam com o aumento da sua própria emissão de carbono. "A proposta brasileira tem caráter voluntário. Supõe um apoio para reduzir a devastação das florestas sem compensação, baseado no compromisso ético de mitigar os efeitos das mudanças climáticas", afirmou Lyrio. "Por que algum país não apoiaria, se o planeta todo é beneficiado", disse.

Outra característica da proposta brasileira é o caráter nacional da redução do desmatamento, e não pontual. O governo brasileiro entende que a redução do desmatamento deve ser medido em todo o território de um país, e não apenas em regiões específicas. Para tanto, propõe um sistema de aferição cientificamente confiável e transparente, aberto à sociedade, como o Deter (Detecção de Desmatamento em Tempo Real). O Brasil se dispõe a auxiliar outros países em desenvolvimento na implantação do sistema, que utiliza software livre, além de oferecer treinamento.

Os debates na Austrália serão dominados justamente pelos efeitos do desflorestamento nas mudanças climáticas. Mais precisamente sobre a necessidade de preservar os recursos florestais para reduzir os impactos no clima mundial. Além das delegações de governos, estarão em Sydney autoridades do Banco Mundial, organizações não-governamentais, entidades sociais e representantes do setor privado.

O Governo Federal deu mais um passo importante para o desenvolvimento e a expansão da produção extrativista rural sustentável. Nesta segunda-feira (23), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) organizou um debate sobre o apoio a cadeias e arranjos produtivos por comunidades tradicionais. Integrantes de diversas áreas do governo participaram do evento, que contou com duas palestras: uma apresentada pelo assessor técnico da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Bruno Filizola, e outra pelo diretor técnico do Serviço Nacional da Indústria (Senai) de Pernambuco, Uaci Matias.

Filizola apresentou dados sobre a produção sustentável no País. Segundo ele, apenas 33,59% do uso da biodiversidade resultam em produtos vegetais por comunidades. O restante (66,41%) refere-se à silvicultura, ao plantio e à exploração de madeira. Filizola afirmou que a produção extrativista rural e sustentável ainda tem muito a crescer, mas salientou que é preciso identificar gargalos e dificuldades.

"Debates como este servirão de subsídio para o desenvolvimento de uma política nacional para estimular esse tipo de produção", disse Filizola. De acordo com ele, já está em estudo a criação de um grupo de trabalho interministerial sobre o assunto. Por conta disso também, o MMA vem estimulando a discussão sobre formulação de uma metodologia inovadora para viabilizar o desenvolvimento sustentável de produtos como o açaí, babaçu, pinhão, carnaúba, copaíba, buriti, andiroba, baru, entre outros.

Para ajudar na elaboração da metodologia de desenvolvimento de cadeias produtivas, Uaci Matias falou no evento sobre o Projeto Competir, que visa elevar os padrões competitivos das indústrias de pequeno porte do Nordeste. A iniciativa é desenvolvida em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Agência de Cooperação Alemã (GTZ).

Matias, que já ministrou um curso de capacitação para servidores do MMA, acompanhará, nesta terça-feira (24), representantes do ministério numa viagem ao município de Imperatriz, no Maranhão, onde será realizado um workshop com as quebradeiras de coco que produzem óleo de babaçu na região. "Vamos repassar a elas essa metodologia", disse Filizola, que também integrará o grupo.

Até o fim do ano, deverão ocorrer seis seminários regionais sobre o apoio a cadeias e arranjos produtivos por comunidades tradicionais. Os locais escolhidos foram Rio Branco (AC), Belém (PA), Juazeiro do Norte (BA), Rio de Janeiro (RJ), Goiânia (GO) e Curitiba (PR). "Decidimos fazer um evento em cada bioma", contou Filizola. De acordo com ele, está prevista, ainda este ano, a realização de um seminário nacional. O objetivo dos debates é estimular a participação de diversos setores do governo, empresariado, sociedade civil e organizações não-governamentais nessa área.

SDT/MDA encerra oficina de capacitação territorial em Brasília – Sítio MDA – 23/07/2007

Terminou na última sexta-feira (20), no Hotel Nacional, em Brasília, a Oficina Nacional de Capacitação para o Apoio ao Desenvolvimento Territorial, organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O objetivo do encontro foi capacitar os novos articuladores regionais e estaduais e os membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC) sobre as metodologias, os conceitos e as estratégias de desenvolvimento rural sustentável nos territórios rurais.

A oficina teve a duração de três dias. Nela, os participantes tiveram acesso a informações acerca do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: importância da formação e fortalecimento dos colegiados territoriais; Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável; e, ainda, projetos territoriais.

Ao avaliar o evento, a nova articuladora territorial do Tocantins, Kelsilene Nunes, disse que a oficina foi organizada de maneira a propiciar um bom entendimento acerca das metodologias utilizadas pela SDT. “Além de ter norteado as próximas ações nos territórios”, acrescentou Kelsilene.

O articulador estadual no Pará, Valdir Rodrigues, salientou os momentos dedicados à interação entre articuladores, membros da RNC e a equipe da SDT. “Foi possível perceber que atividades desenvolvem os diversos membros dessa Secretaria do MDA”, destacou.

Impressões de articuladores

“Foi um volume importante de informações recebidas, que irão nos ajudar nas novas ações a serem desenvolvidas nos territórios apoiados”, relatou a articuladora estadual do Amazonas e Roraima, Alíria Noronha. “O trabalho realizado aqui permitiu uma melhor compreensão das demandas dos territórios e como elas são feitas”, avaliou o articulador estadual de Goiás e do Distrito Federal, Éder Francisco.

“Percebemos que, muitas vezes, independente da localização dos territórios, os desafios que enfrentamos são bastante semelhantes”, disse Valdivan Almeida, da Rede Nacional de Colaboradores.

A consultora da SDT Berenice Silva ressaltou a importância de todos os participantes terem compreendido as ações do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, para que possam desempenhar suas atividades nos territórios de forma satisfatória.

Participaram da oficina os 30 novos articuladores e membros da RNC, técnicos das diversas áreas da SDT, articuladores regionais e membros da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

MMA discute ZEE do Núcleo de Desertificação de Gilbués (PI) – Gerusa Barbosa –
Sítio Eletrônico do MMA – 24/07/2007

Técnicos do Programa ZEE e do Núcleo de Combate à Desertificação da Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente participam, em Fortaleza, Ceará, de encontro que discute a execução do zoneamento ecológico-econômico do Núcleo de Desertificação do município de Gilbués, no Piauí. A iniciativa tem por objetivo definir diretrizes de uso e ocupação daquele território e estabelecer cenários futuros da região, indicando o melhor caminho para a implantação de atividades econômicas em bases sustentáveis.

O Núcleo de Gilbués reúne 12 cidades do Piauí em avançado estado de desertificação que necessitam de uma intervenção estratégica capaz de reposicionar o modelo econômico local. No encontro, entre os dias 23 e 31 de julho, serão apresentados para os gestores públicos que atuam na região o mapa para subsídios à gestão e ao estudo sobre a vulnerabilidade de perda de solos. As áreas para instalação de projetos de preservação e recuperação ambiental da região também serão apontadas pelo mapa, bem como indicativo da aptidão agrícola.

Participam das atividades representantes de vários órgãos federais, estaduais e municipais e de instituições parceiras. Um curso sobre a utilização do banco de dados gerado pelo ZEE/MMA será oferecido aos participantes do evento.

O ZEE é um instrumento de gestão ambiental e territorial estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente. Inicialmente planejado para a Amazônia Legal, o sistema tornou-se um Programa do Plano Plurianual (PPA), válido para todo o País. Com ele, o governo busca executar a gestão territorial, incorporando contingências e possibilidades ambientais, programas e projetos de infra-estrutura e desenvolvimento e, assim, enfrentar a degradação dos ecossistemas.

SDT/MDA encerra oficina de capacitação territorial em Brasília – Sítio Eletrônico da
SDT – 24/07/2007

Terminou na última sexta-feira (20), no Hotel Nacional, em Brasília, a Oficina Nacional de Capacitação para o Apoio ao Desenvolvimento Territorial, organizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O objetivo do encontro foi capacitar os novos articuladores regionais e estaduais e os membros da Rede Nacional de Colaboradores (RNC) sobre as metodologias, os conceitos e as estratégias de desenvolvimento rural sustentável nos territórios rurais.

A oficina teve a duração de três dias. Nela, os participantes tiveram acesso a informações acerca do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: importância da formação e fortalecimento dos colegiados territoriais; Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável; e, ainda, projetos territoriais.

Ao avaliar o evento, a nova articuladora territorial do Tocantins, Kelsilene Nunes, disse que a oficina foi organizada de maneira a propiciar um bom entendimento acerca das metodologias utilizadas pela SDT. “Além de ter norteado as próximas ações nos territórios”, acrescentou Kelsilene.

O articulador estadual no Pará, Valdir Rodrigues, salientou os momentos dedicados à interação entre articuladores, membros da RNC e a equipe da SDT. “Foi possível perceber que atividades desenvolvem os diversos membros dessa Secretaria do MDA”, destacou.

Impressões de articuladores

“Foi um volume importante de informações recebidas, que irão nos ajudar nas novas ações a serem desenvolvidas nos territórios apoiados”, relatou a articuladora estadual do Amazonas e Roraima, Alíria Noronha. “O trabalho realizado aqui permitiu uma melhor compreensão das demandas dos territórios e como elas são feitas”, avaliou o articulador estadual de Goiás e do Distrito Federal, Éder Francisco.

“Percebemos que, muitas vezes, independente da localização dos territórios, os desafios que enfrentamos são bastante semelhantes”, disse Valdivan Almeida, da Rede Nacional de Colaboradores.

A consultora da SDT Berenice Silva ressaltou a importância de todos os participantes terem compreendido as ações do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, para que possam desempenhar suas atividades nos territórios de forma satisfatória.

Participaram da oficina os 30 novos articuladores e membros da RNC, técnicos das diversas áreas da SDT, articuladores regionais e membros da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

MDA/RO realiza capacitação para elaboração de projetos de territórios rurais – Sítio Eletrônico da SDT – 24/07/2007

O Ministério do Desenvolvimento Agrário em Rondônia (MDA/RO) realiza, entre quarta-feira (25) e sexta-feira (27) desta semana, reunião de capacitação técnica para elaboração de projetos dos Territórios Rurais no estado. O encontro contará com a presença da Coordenadora Nacional de Projetos Territoriais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), Ana Netto, e com cerca de 20 participantes entre consultores territoriais e membros dos conselhos territoriais.

De acordo com Ana Netto, a oficina tem o objetivo de capacitar os novos articuladores territoriais, bem como avaliar demandas, discutir dificuldades e estabelecer prioridades na elaboração dos projetos territoriais em cada um dos três territórios rurais localizados no estado: Madeira-Mamoré, Central e Vale do Jamari.

“As reuniões de capacitação têm a finalidade de disponibilizar normas e procedimentos necessários para o aprimoramento dos projetos e sua implementação”, afirma. Ana ressalta que o projeto além de cumprir o seu objeto, ou seja, a construção de uma central de comercialização, por exemplo, obrigatoriamente precisa também cumprir a sua finalidade.

“Não adianta construir prédios e equipá-los se essas edificações não cumprem a sua finalidade. No caso de uma central, a finalidade estaria sendo cumprida se naquele local os agricultores familiares estiverem, de fato, comercializando os seus produtos e exista um processo de gestão social”, explica. “Todas essas capacitações buscam também evitar o investimentos nos chamados elefantes brancos”, finaliza.

151 projetos

De acordo com dados do Sistema de Informação Territoriais da SDT , desde 2003 foram implementados 151 projetos territoriais nos territórios localizados no estado de Rondônia. No total, já foram investidos mais de R\$ 15 milhões em ações voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento agrário no estado. Os territórios rurais de Rondônia abrangem 26 municípios em uma área de cerca de 140 mil km², onde vivem cerca de 894 mil habitantes.

Produtor cria cerca e porteira sustentáveis - Lilian Primi – Estado de São Paulo – Agrícola – 25/07/2007

Ele queria se livrar do lixo que invade os seus tanques de tilápias. Inventou o mourão de pneu, que dura 200 anos

As cercas da Fazenda Vitória, em Bragança Paulista, interior de São Paulo, poderão ser a marca inicial da primeira solução consistente de aplicação de pneus inservíveis. O proprietário, Reynaldo Teixeira Amaral Júnior, usou os pneus que são indevidamente jogados em seus tanques de produção de tilápias para fazer mourões e ripas. 'Elas vão durar 200 anos', garante.

A idéia do mourão de pneu velho, já patenteada pelo fazendeiro, chamou a atenção da reitoria da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que assinou um contrato com Amaral Junior para desenvolvimento do negócio. 'O processo envolve ensaios de desempenho, definição de parâmetros de qualidade e criação de linha de produção em escala industrial', diz o pesquisador Antonio Batocchio, da Faculdade de Engenharia Mecânica. O projeto está parado por falta de investidor. 'Seriam necessários R\$ 1,2 milhão. Haviam vários interessados, mas como serão geradas novas patentes, não houve acordo e o contrato não foi renovado', diz Batocchio.

Amaral segue com os testes na propriedade, que já duram 17 anos, e na divulgação do seu invento, que será apresentado na Feira da Agricultura Familiar e do Trabalho Rural

(Agrifam), que começa no próximo dia 2. Ele vai mostrar que além de mourão, os pneus podem ser usados na construção de guard-rail, postes e dormentes.

'Com as abas laterais, dá para fazer tubulação de água pluvial ou bueiros.' Ele ensina a fazer estas peças e também as ripas da porteira no Campo de Idéias (página ao lado).

Projeto no Amazonas está ameaçado, dizem cientistas – Estado de São Paulo – Vida & - 26/07/2007

Em artigo na 'Nature', pesquisadores alertam para pressão de assentamentos; Suframa nega problema

Um dos projetos científicos mais antigos e produtivos da Amazônia Central está cercado por assentamentos agrícolas que ameaçam destruir um patrimônio de três décadas de pesquisa, segundo um comentário publicado hoje na revista Nature.

O artigo, assinado pelos pesquisadores William Laurance e Regina Luizão, acusa a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) de desrespeitar um plano de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) produzido em 2004, que deveria proteger o entorno das áreas de estudo, ao norte da capital amazonense.

Laurance é pesquisador do Smithsonian Tropical Research Institute, no Panamá, e Regina, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), em Manaus. Ambos fazem parte do Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF), que desde 1979 estuda o impacto da fragmentação de áreas de floresta sobre a biodiversidade.

Os cientistas relatam uma situação alarmante, em que encontros com caçadores e madeireiros e roubo de equipamentos estão se tornando cada vez mais frequentes. "Está aterrorizante. Os nervos estão à flor da pele", disse Regina ao Estado.

"Se ainda estivessem desenvolvendo uma agricultura produtiva, vá lá. Mas a maior parte da floresta está sendo queimada para produzir carvão", completa Laurance. Segundo ele, as pesquisas do PDBFF já renderam perto de 500 publicações científicas. O projeto está organizado em 23 áreas de pesquisa (mil km² no total), dentro do Distrito Agropecuário do entorno de Manaus.

A Suframa informou que desde 2003 não são criados assentamentos próximos às áreas de pesquisa e que o ZEE está em fase final de avaliação. "Ressaltamos que a Suframa tem buscado dar total apoio ao trabalho das instituições de pesquisa (...) sem prejuízo ao objetivo-fim do Distrito Agropecuário, que é o de possibilitar a atividade de produtores rurais", diz a nota.

SP adota cobrança pelo uso da água em duas bacias - Samantha Maia – Valor Econômico – Brasil - 26/07/2007

O Estado de São Paulo adotará, a partir deste ano, a cobrança pelo uso da água nas áreas de domínio estadual (rios afluentes) das bacias do rio Paraíba do Sul e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Essa política, iniciada pelo governo federal há dois anos nos rios principais dessas bacias, consiste em instituir um valor a ser pago por todos os captadores diretos de água dos rios, considerando o volume de água captado, a quantidade devolvida e a sua qualidade. O objetivo é reinvestir os recursos arrecadados na recuperação dos rios.

Segundo o secretário estadual de Meio Ambiente, Xico Graziano, a prioridade é dada às regiões mais degradadas pela poluição. Ele explica que, identificada a prioridade do local, a dificuldade maior está em montar o cadastro de usuários e elaborar o plano da bacia. Implementada a política, a tarefa da secretaria passa a ser conscientizar a população da importância da cobrança. "É preciso explicar que não é mais um imposto, e sim uma contribuição para a própria bacia", diz o secretário.

Um dos maiores argumentos para essa defesa é que o dinheiro arrecadado irá para uma conta própria na Nossa Caixa, vinculada à conta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). O Fehidro é abastecido principalmente por recursos federais destinados ao aproveitamento hídrico de áreas do Estado por Furnas. Dessa forma, o dinheiro não é vinculado ao Tesouro estadual, garantindo a destinação direta a investimentos na bacia.

Os 1150 usuários cadastrados na bacia do Piracicaba, Capivari e Jundiaí, somados aos 190 da bacia do Paraíba do Sul, contribuirão com R\$ 13,8 milhões este ano. Os boletos começaram a ser enviados ontem aos contribuintes - companhias de saneamento, indústrias, hotéis, clubes e shoppings. Os agricultores serão incluídos somente em 2010.

A Sabesp está entre os maiores contribuintes, com valor próximo a R\$ 2 milhões. Segundo Graziano, a cobrança não deve afetar o valor das tarifas de água cobradas pelas empresas. "A estimativa aponta impacto irrisório na tarifa do consumidor final, equivalente a R\$ 0,50 numa conta de R\$ 20."

O plano estadual é instituir a cobrança em 14 bacias até 2010. Por enquanto, já estão com cadastro de usuários e elaboração do plano em andamento as bacias dos rios Mogi Guaçu, Pardo, Sorocaba e Médio Tietê, São José dos Dourados e Alto Tietê.

Dúvidas comuns sobre um elefante – José Eli da Veiga – Valor Econômico – Opinião - 27/07/2007

Schopenhauer dizia que toda verdade passa por três estados: primeiro é ridicularizada, depois, violentamente combatida e, finalmente, aceita como evidente. Com o desenvolvimento sustentável (DS) esse ciclo se completou em menos de três décadas. Um novo valor que, em muito, se assemelha aos predecessores "direitos humanos" e "justiça social". Noções que têm em comum a maldição do elefante: tão difícil de definir quanto fácil de ser reconhecido. Esforços normativos de conceituar o DS não conseguem superar certas dúvidas.

Uma é bem prática: na lista de metas da sociedade contemporânea, em que patamar de urgência se situaria a busca da sustentabilidade?

Se o critério for a urgência, é claro que acabar com a miséria, com os regimes autoritários e com as guerras, poderiam ser objetivos imediatamente citados como

prioritários. Até porque seria simplesmente ridículo pensar em sustentabilidade diante de suprema humilhação da própria espécie humana, de privação de suas liberdades, e da estupidez de seus morticínios. Mas também é importante notar que, em princípio, tudo isso está contido na noção de desenvolvimento. Pelo menos quando não é rebaixada ou rejeitada porque confundida com o simples aumento da riqueza, ou crescimento econômico.

Se por desenvolvimento se entender o processo de expansão das liberdades humanas - na linha proposta por Amartya Sen - então o DS deve ser simplesmente considerado a mais alta prioridade. Basicamente porque procura enfatizar que a busca de bem-estar, de democracia e de paz precisa ser combinada, em última instância, à necessidade de conservação de suas próprias bases materiais. Isto é, da conservação dos ecossistemas, por mais artificializados que alguns necessariamente se tornem.

Outra dúvida das mais freqüentes é se a crise de insustentabilidade, com a qual se defronta a humanidade, exigirá profunda transformação do modelo dominante de civilização, ou se poderá ser superada com inovações, adaptações e reformas pontuais.

Foi a consciência sobre o possível encurtamento da presença da espécie humana no planeta que levou à formulação da expressão desenvolvimento sustentável

O problema é que tal disjuntiva é falsa, pois qualquer profunda transformação do que se pode chamar de "modelo dominante de civilização" jamais será obtida sem muita inovação, adaptação e reforma. O melhor exemplo está no processo de aquecimento global, certamente o tópico número um de qualquer agenda de DS. Será impossível reduzir o aquecimento se não forem descobertas maneiras de descarbonizar as matrizes energéticas. Isso dependerá essencialmente de decisivos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Como eles produzirão mais resultados em certas situações do que em outras, também serão exigidos imensos esforços de adaptação. O que também será impossível se boas reformas não forem introduzidas, seja com o objetivo de estimular a emergência de inovações, seja com o objetivo de facilitar os processos de adaptação. E se tudo isso for conseguido, será inevitável constatar que a transformação foi realmente profunda. Por isso, não se trata de um dilema do tipo "reforma ou revolução", mas de uma agenda reformista que, se levada à prática, obrigatoriamente terá engendrado uma revolução.

A terceira dúvida mais comum é se a luta pela sustentabilidade deve se ater a questões diretamente relacionadas ao meio ambiente, ou se demanda o enfrentamento concomitante dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos da atualidade.

Trata-se, na verdade, de um subproduto da banalização a que foi submetido o termo "sustentabilidade". O substantivo "desenvolvimento" só passou a ser irrevogavelmente seguido pelo adjetivo "sustentável" para enfatizar a necessidade de compatibilizar as principais aspirações da espécie humana com a necessidade de conservar os ecossistemas que viabilizam sua própria existência. Assim entendida, a luta pela sustentabilidade deve, portanto, focar as questões eminentemente ambientais, já que todos os problemas sociais, econômicos, e políticos estão e permanecerão contidos no substantivo "desenvolvimento". Claro, como houve um processo de diluição do significado do adjetivo "sustentável" e do substantivo "sustentabilidade", muita gente é obrigada a enveredar por esse blablablá das "múltiplas sustentabilidades", sem perceber que tal operação só serve para sabotar a necessidade de ênfase na valorização cultural da natureza.

De resto, quando se pergunta como o DS deve ser compreendido, é inevitável que se enfrente um dilema filosófico dos mais difíceis.

Para os adeptos da filosofia analítica, largamente dominante na atualidade, o DS não pode passar de mera retórica, pois existem pelo menos três sentidos científicos do termo "desenvolvimento", e pelo menos outros três do termo "sustentabilidade". Quase nada pode dizer uma expressão que tenha os nove significados resultantes das combinações desses dois termos.

Ao contrário, para os adeptos da filosofia dialética (inteiramente fora de moda), o DS faz todo o sentido, pois para eles o momento analítico é apenas a primeira etapa da reflexão. Depois de esmiuçar o que poderia ser o desenvolvimento, e o que poderia ser a sustentabilidade, o pensamento dialético procura entender o sentido dessa conjunção em sua totalidade. Isto é, não apenas em seus termos lógico-formais, mas na relação que os vincula ao modo em que se expressa o debate público sobre questões que a humanidade não pode deixar de se interrogar. E a humanidade nunca se interroga sobre questões que não possa tentar resolver. Foi a consciência coletiva sobre o possível e provável encurtamento da presença da própria espécie humana neste planeta que levou à formulação da expressão DS para se referir à esperança de que seja possível compatibilizar a expansão de suas liberdades com a conservação dos ecossistemas que constituem sua base material.

Enfim, o DS não apresenta dificuldade cognitiva para quem tenha se acostumado a pensar em termos dialéticos, mas revela uma tremenda inconsistência quando é evocado por paladinos da filosofia analítica.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental (NESA), escreve mensalmente às terças e excepcionalmente hoje. Página web: www.zeeli.pro.br

Etanol na floresta – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/07/2007

Dados oficiais mostram que cana avança na Amazônia apesar de governo federal negar – A euforia do etanol já chegou à região amazônica. Projetos sucroalcooleiros instalados no Acre, Maranhão, Pará e Tocantins estão vivendo um momento de expansão acelerado, apesar da afirmação peremptória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a Amazônia não se presta à cultura da cana-de-açúcar e da proibição de plantio anunciada este mês pelo Ministério da Agricultura. A região não só é fértil como é competitiva. Não bastassem os projetos de expansão confirmados pelo setor privado, dados oficiais indicam que Lula estava equivocado quando afirmou, recentemente, que a cana “fica muito distante da Amazônia”.

O comentário foi feito em Bruxelas, no início do mês, na Conferência Internacional de Biocombustíveis.

Segundo o último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, a safra de cana na Amazônia Legal — que compreende estados como Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins —, aumentou de 17,6 milhões de toneladas para 19,3 milhões de toneladas no período

2007/2008. Em Mato Grosso, por exemplo, foi registrada expansão da área plantada de 10%, enquanto no Tocantins esse aumento foi de 13% e no Amazonas, de 8%.

O balanço da Conab não inclui a previsão de safra do Acre, em 2008. É como se o estado estivesse fora do alcance da cana. Segundo o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Judson Ferreira, porém, a produtividade média local é de 80 a 100 toneladas de cana por hectare, igual a de tradicionais estados produtores, como São Paulo e Pernambuco. Dados da Embrapa indicam ainda que 3% do estado são propícios à plantação de cana.

Hoje, 11% do Acre estão totalmente desmatados, sobretudo devido ao avanço da pecuária no passado.

É nesse potencial econômico do Acre que o grupo pernambucano Farias está apostando. Tradicional plantador de cana e responsável por uma produção anual de nove milhões de toneladas, o grupo pretende quintuplicar esse volume até 2015. O objetivo de Eduardo Farias, presidente do grupo, é lançar mão do projeto Álcool Verde, instalado no município Capixaba, no Acre, para atingir essa meta.

— Vamos colher nossa primeira safra no Acre em maio de 2008. Será uma safra tímida, de 400 mil toneladas, mas já estamos prospectando novos mercados para expandir ainda mais nossa produção na região da Amazônia Legal. Estamos de olho no Maranhão e no Tocantins — afirmou Eduardo Farias, sócio majoritário da Álcool Verde.

O grupo detém 70% do capital da empresa, empresários locais ficaram com 25% e os 5% restantes estão nas mãos do governo do estado. Farias mantém segredo sobre o investimento feito na Álcool Verde. Sem derrubar uma única árvore, já que a área está degradada, é possível, segundo ele, atingir uma produção de 3,5 milhões de toneladas num futuro próximo.

Como o estado não tinha clones de cana em grande escala nem variedade, o grupo importou mudas de Pernambuco, onde fica a sede da empresa.

— A Álcool Verde vai viabilizar um combustível limpo para uma população de 32 milhões de pessoas que vivem na região e também nos países vizinhos, Peru e Bolívia — comentou Eduardo Farias, afirmando que a queima de óleo diesel é uma prática corriqueira na Amazônia.

A Álcool Verde é o que restou da falida Alcobrás (Álcool Brasileiro, S/A), iniciativa financiada há quase 20 anos com recursos públicos para produzir álcool combustível na região. Só que o projeto acabou se tornando um dos maiores escândalos financeiros da história do país, cujo rombo, junto à extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), foi estimado, na época, em R\$ 150 milhões

Investidores estão de olho na região

A movimentação de executivos e investidores, nacionais e estrangeiros, pela Amazônia Legal joga por terra o falso mito de que “se a Amazônia fosse importante para plantar cana-de-açúcar, os portugueses que introduziram a cana no Brasil, há tantos séculos, já o teriam feito na Amazônia”, como disse Lula, em sua viagem à Bruxelas.

“Nós estávamos produzindo cana na Amazônia Legal quando achavam que isso não era possível”, declarou a um jornal do Pará, o presidente da Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), Marcos Villela Zancaner. A empresa tem hoje uma área plantada de canadeaçúcar de 11,6 mil hectares. Na safra passada, produziu 720 mil toneladas.

No início do mês, a Pagrisa recebeu a visita de fiscais do Ministério do Trabalho, que chegaram à empresa por denúncias de trabalho escravo. A própria Petrobras tinha a Pagrisa como fornecedora de álcool e cancelou o contrato que tinha com a usina por não se relacionar com empresas acusadas, condenadas ou investigadas por trabalho escravo.

A região vem atraindo até investidores estrangeiros. O fundo de investimento Cooper Fund, de aposentadas americanas, virou sócio do grupo TG Agro Industrial/Costa Pinto, que produz álcool em Aldeias Altas, no Maranhão. No município de Campestre do Maranhão, o empresário Celso Izar, da Maity Bioenergia, tem quatro projetos engavetados, cada um orçado em US\$ 130 milhões, para produzir 1,2 milhão de tonelada de cana e já negocia com investidores estrangeiros.

A empresa produz atualmente um milhão de toneladas.

Proibir é fácil, difícil é fiscalizar – Liana Melo – Entrevista com Paulo Adário – O Globo – Economia – Corpo-a-Corpo – 29/07/2007

O avanço da cana sobre a Amazônia Legal está deixando os ambientalistas em estado de alerta. A preocupação do coordenador da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, é que o governo vem negando a existência de canaviais na região só para evitar pressões internacionais ao etanol verde-amarelo.

O GLOBO: O governo federal insiste em negar a existência de cana na Amazônia. Como o senhor avalia esse tipo de estratégia?

PAULO ADÁRIO: O temor do governo Lula é de que o mercado internacional levante barreiras não-tarifárias ao etanol brasileiro, caso o produto seja confundido com a Amazônia, considerada a jóia da coroa ambiental do planeta. Isso é totalmente equivocado.

Mas não é isso que os países ricos fazem para proteger suas economias?

ADÁRIO: Só que a afirmação de que não existe plantio na Amazônia demonstra uma intenção precipitada de dissociar a cana e, conseqüentemente, o etanol, do desmatamento.

Com isso, o presidente Lula acabou incorrendo em dois erros ao mesmo tempo. O primeiro deles foi demonstrar total falta de conhecimento da realidade brasileira. O segundo é que ele deveria estar preocupado em evitar o avanço, não em negá-lo.

Mas o senhor considera que a cana já é hoje uma ameaça à floresta amazônica?

ADÁRIO: Ainda não é, mas pode vir a ser muito rapidamente até porque estamos falando de um país com sérios problemas de governança. Hoje, a cana é apenas uma ameaça indireta. A febre do etanol vai, num primeiro momento, provocar uma expansão mais acelerada na região Centro-Sul. Com isso, será inevitável que a pecuária migre ainda mais para a Região Norte aumentando a pressão sobre a floresta. O desmatamento hoje já é de 70 milhões de hectares. Nosso desmatamento já é do tamanho de países como a França.

O senhor acredita que a expansão da cana pode provocar problemas de segurança alimentar?

ADÁRIO: Não tenho a menor dúvida. O Brasil está correndo o sério risco de virar um país dividido entre a soja e a cana. A intenção do governo é proibir a plantação de cana no bioma amazônico.

O senhor acha que esse tipo de medida é suficiente?

ADÁRIO: Não sei se o governo tem condições de fazer valer a proibição do plantio de cana. Criar leis novas é fácil, difícil é fazêlas serem cumpridas. Como ele pretende fiscalizar? Não basta proibir, é preciso inibir o plantio. Acredito que seria bem mais eficiente se o governo fechasse a torneira dos bancos públicos e parasse de liberar financiamentos.

Só assim seria possível inibir novos projetos. Além do mais, como nega a existência de cana na Amazônia, o governo não disse ainda o que pretende fazer com a cana que já está lá.

O embaixador do clima - Eliane Oliveira – O Globo – Ciência – 29/07/2007

Diplomata diz que Brasil não aceitará metas compulsórias

BRASÍLIA

O Brasil adotará com promissuras mais ambiciosas para ajudar o mundo a baixar os volumes de emissão de carbono, responsável pelo aquecimento global, como metas de redução das taxas de desmatamento, inspeção veicular e incremento na produção de combustíveis renováveis. Mas o país não admite metas compulsórias, tais como as que foram estabelecidas para as nações industrializadas no Acordo de Kioto.

A revelação é do embaixador Sérgio Serra, nomeado há três meses para cuidar exclusivamente de mudanças climáticas, um cargo inédito no governo. Ele contou, em entrevista ao GLOBO, que seu foco de trabalho será o Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, que já está nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Citaria também investimentos na construção de edifícios inteligentes para economizar energia.

Elaborado pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, presidido pelo físico Luiz Pinguelli Rosa, o plano tem por objetivo estruturar e coordenar as ações de governo diante das repercussões do aquecimento global do planeta. Os danos ambientais, alertam seus autores, podem causar prejuízos irreversíveis à própria economia mundial.

O melhor é não mexer em Kioto

Para reforçar a posição do Brasil de que é preciso deixar, tal como está, o Acordo de Kioto, o diplomata recorre à mitologia grega. Mexer no texto, alerta, significaria abrir uma caixa de Pandora. Contra as indicações que havia recebido, Pandora, a primeira mulher, abriu um recipiente que trouxera do Olimpo, libertando nada menos do que todas as males da Humanidade.

É melhor deixar o texto como está, pois dificilmente conseguiremos algo melhor, disse ele.

Serra acredita que a cota de sacrifício a ser dada pelos países em desenvolvimento não pode ser a mesma das nações industrializadas que, pelo Acordo de Kioto, terão de apresentar metas compulsórias até 2009.

E isso, afirmou, também vale para a China, acusada por alguns organismos internacionais de contribuir, mais do que os próprios americanos, para a alta concentração de gases que intensificam o efeito estufa. Da parte do Brasil, destacou o diplomata, a taxa de desmatamento vem caindo há três anos consecutivos.

Ele lembrou o maior rigor na repressão ao comércio ilegal de madeiras e o combate à grilagem.

. Na maioria dos países, o principal problema é a queima de combustíveis fósseis. Nossa matriz energética é limpa. Cerca de 80% da energia consumida vem das hidrelétricas.

Serra reconhece que é difícil convencer a comunidade internacional de que o Brasil não é o vilão que está acabando com a Amazônia.

. Temos consciência de que a Amazônia, mais do que causadora, é uma vítima. Se nada for feito, a floresta vai acabar . enfatizou.

O embaixador vê lentidão dos países industrializados e critica os Estados Unidos, que não ratificaram Acordo de Kioto.

Serra vê poucas chances de avanço na reunião, em Bali, no final deste ano, dos estados partes do Acordo de Kioto . que determina um corte, em média, de 5% das emissões até 2012, em relação a 1990. Isto porque os países industrializados têm até dois anos para apresentarem suas metas, que entrarão em vigor a partir de 2012.

. A implementação está lenta.

Não se pode dizer que os países industrializados estejam inadimplentes, mas há certa lentidão Uma preocupação recorrente do governo brasileiro, reforçada por Serra, é o risco de as nações ricas misturarem a questão ambiental com a negociação de acordos comerciais.

Para a diplomacia brasileira, isso poderia servir de pretexto para a adoção de medidas protecionistas contra os países em desenvolvimento.

Serra explicou que o Brasil não é o único país que possui um embaixador do clima. Ele esclareceu que não será propriamente um negociador.

Ao nomeá-lo, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, queria um interlocutor com outros órgãos do governo, com a sociedade civil e entidades internacionais.

. Chegamos a isso, porque o momento atual das negociações é crítico e o Brasil tem uma contribuição a dar nesse processo. Não dá mais para empurrar com a barriga . advertiu.

O plano de ação nacional – O Globo – Ciência – 29/07/2007

Seguem abaixo algumas das principais medidas previstas no plano nacional para o enfrentamento das mudanças climáticas, separadas por áreas:

FLORESTAS: Estabelecimento de metas de redução da taxa de desmatamento e queimadas; aceleração do reflorestamento das áreas de preservação permanente, especialmente ao longo dos rios (matas ciliares).

TRANSPORTES: Vincular aferição obrigatória dos níveis de emissões veiculares ao licenciamento anual dos veículos; estabelecer índices mínimos de eficiência energética para veículos, assim como taxas diferenciadas, de acordo com o consumo; fomentar a expansão do transporte coletivo, enfatizando outros modais que não rodov iários

ENERGIA: Consolidar a política de biocombustíveis como contribuição à redução das emissões; estimular a expansão do uso de fontes renováveis.

INDÚSTRIA: Criação de um programa de incentivos à descarbonização das unidades de produção das empresas como metas de redução das emissões por unidades produzidas.

GERAL: Quantificação das emissões evitadas; integração da questão climática aos programas de cooperação internacional.

Liderança do Brasil na OMC ganha admiradores e críticos - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/07/2007

Atuação da diplomacia brasileira nas negociações ganhou força com a criação do G-20

O Brasil passou a fazer parte do grupo de países com poder de influenciar as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas a nova realidade da diplomacia brasileira também modificou a forma como o governo atua nos bastidores das reuniões em Genebra e como é visto pelos demais países e até pela imprensa estrangeira. Se a diplomacia brasileira ganhou admiradores por ser ativa, também provocou um sentimento de suspeita, desconfiança, irritação e até temor entre vários governos, alguns até da América do Sul.

Durante décadas, as regras do comércio internacional eram praticamente decididas por americanos e europeus. O restante da comunidade internacional pouco conseguia influenciar, o que explica o “apartheid” em que foi mantida a agricultura por décadas. Mais recentemente, porém, os países emergentes conseguiram redesenhar a geometria das negociações. Os primeiros passos foram dados pelo Brasil no lançamento da Rodada Doha, em 2001, e com a decisão de lançar disputas contra os subsídios americanos e europeus, em 2002. Mas ganhou força com a criação do G-20 (grupo de países emergentes), em 2003. Desde então, o País é um ator constante nas negociações.

“O Brasil se tornou um dos líderes das negociações e atua de forma incisiva. De fato, sua liderança é vista por alguns até mesmo como sendo desproporcional à sua participação no comércio internacional”, afirma o jornalista americano Daniel Pruzin, que há nove anos cobre a OMC e é presidente da Associação de Jornalistas Credenciados na ONU em Genebra. Hoje o Brasil não está nem entre os 20 maiores exportadores e representa apenas 1% do comércio internacional.

Parte da posição de destaque vem do conhecimento dos diplomatas sobre comércio. Claudia Uribe, embaixadora da Colômbia na OMC, lembra que, quando era vice-chanceler, recomendou a seu governo que enviasse os diplomatas colombianos para estudar no Brasil. Outra explicação seria o espaço ainda não preenchido pela China, segunda maior exportadora do mundo, que ainda adota uma postura tímida na OMC.

O resultado é que, na OMC, dificilmente o Brasil fica de fora de uma iniciativa, ainda que seja como vítima. Na última semana, por exemplo, o governo temeu ficar isolado e mobilizou os países emergentes mais protecionistas e outras 70 economias mais pobres. O objetivo era bloquear uma proposta de corte de tarifas de bens industriais. Esses governos não terão de abrir seus mercados e, teoricamente, não teriam por que condenar a proposta. Mas optaram por defender a posição do País.

Se politicamente a operação funcionou, a atitude provocou críticas. Negociadores alegam que a insistência do Itamaraty de se colocar como porta-voz dos países em desenvolvimento nem sempre tem respaldo dos demais governos. “A liderança brasileira na

OMC é uma posição autodeclarada”, ataca o uruguaio Carlos Perez de Castillo. Ex-presidente do Conselho Geral, Del Castillo não teve o apoio do Brasil e foi derrotado nas eleições para dirigir a OMC.

DESGASTES

Mas a atuação do Brasil nas negociações também enfrenta desgastes. Durante os últimos seis meses, parte do processo foi mantido em sigilo nas reuniões entre Brasil, EUA, Europa e Índia. Mas, representando os países emergentes, o Itamaraty foi pressionado a dizer o que estava fazendo e revelar se não estava fazendo concessões.

Para diplomatas experientes no Itamaraty, a desconfiança é normal e, para evitar animosidades, reuniões regulares eram organizadas entre o Brasil e os demais emergentes. Mas a desconfiança era tanta que, durante a conferência dos quatro países em Potsdam, há um mês, vários jornalistas recebiam ligações de embaixadores do G-20 para saber o que estava ocorrendo. “Ficamos sem contato com os países que diziam que nos representavam”, disse um negociador, em referência à Índia e ao Brasil.

Dias depois, um grupo de países saiu de uma reunião do G-20 em Genebra criticando a falta de transparência do Brasil. Ao ser publicada a informação no Estado, diplomatas brasileiros ligaram para cada um dos países que haviam se queixado mostrando desagrado com a atitude.

DIVISÃO

Apesar da pressão do Brasil para derrotar a proposta de cortes de tarifas de bens industriais, americanos e europeus acreditam que há uma divisão dos países emergentes. O embaixador dos Estados Unidos na OMC, Peter Allgeier, publicou um artigo na semana passada no The Wall Street Journal, no qual questiona até que ponto o Brasil representa os emergentes. Já o ministro das Relações Exteriores da França, Bernard Kouchner, alerta que os países em desenvolvimento não podem ser tratados como um só grupo.

Entre os embaixadores estrangeiros procurados para comentar a situação do Brasil, ninguém quis falar abertamente. “Isso não seria bom para as relações entre os nossos países”, justificou um. “Se eu falar o que penso, amanhã sou enviado de volta a meu país”, disse outro.

Empresa lidera novo fórum de sustentabilidade no país - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 30/07/2007

A Sadia está liderando uma nova iniciativa que irá estudar ações para tornar sustentável a cadeia de alimentos no Brasil. Com o nome ainda provisório de Brazilian Business Coalition, o fórum de discussões já conta com a participação de empresas como Bunge, Carrefour, Klabin, Nestlé, Unilever e Adecoagro.

"O objetivo é que saiam idéias que possam ser o ponto de alavancagem na cadeia de alimentos", explica Meire Ferreira, coordenadora de sustentabilidade da Sadia. Ou seja, o grupo quer criar interferências que provoquem mudanças drásticas e façam as pessoas

buscarem outras saídas. "Um exemplo disso é o que ocorreu com as instituições financeiras, que passaram a exigir de seus clientes modelos de gestão socioambientais", afirma Meire.

O Brazilian Business Coalition é uma versão nacional do Sustainable Food Laboratory (Food Lab), uma plataforma criada em 2004 para elaborar estratégias de sustentabilidade na cadeia de alimentos na América Latina, América do Norte e na Europa. Formado por empresas, cooperativas, institutos de agricultura, universidades e organizações não-governamentais, o grupo reúne-se fisicamente duas vezes por ano, nos EUA, além de diversas conference calls. Segundo Meire, a Sadia é a única empresa brasileira a participar do projeto.

"Depois de participar das reuniões, decidimos trazer o projeto para o Brasil", diz ela. "Queremos saber, por exemplo, quanto de qualidade tem a comida que o consumidor está comendo".

MDA/MA promove reunião sobre cooperativismo nos territórios rurais – Sítio Eletrônico da SDT – 31/07/2007

A União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) e a Comissão de Implantação das Ações Territoriais (Ciat), com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), realizam nesta terça (31) e quarta-feira (1º) reunião para debater um modelo de cooperativismo para o Maranhão. O encontro será realizado no auditório da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que fica na avenida Jerônimo de Albuquerque, nº 6, Conjunto Vinhais, em São Luís.

O público será formado por representantes de entidades parceiras do MDA/MA nos territórios rurais do estado e da Comissão de Implantação de Ações Territoriais (Ciat). Também participarão membros da diretoria e associados da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes/MA), além dos articuladores territoriais maranhenses.

Durante o primeiro dia de trabalho, os participantes conhecerão a proposta da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) para apoio ao cooperativismo nos territórios rurais. Esse projeto será apresentado por Benedito Oliveira de Castro Filho, da coordenação de Apoio às Organizações Associativas, da SDT. Ele também apresentará o painel sobre cooperativismo de crédito.

No segundo dia, pela manhã, o presidente da Unicafes/MA, Joaquim Alves de Sousa, mostrará o plano de ação dessa instituição sobre cooperativismo. Depois da apresentação da Unicafes, os parceiros presentes na reunião iniciarão a elaboração do Plano de ação a ser executado pelos parceiros presentes, objetivando o fortalecimento do Cooperativismo, voltado à agricultura familiar e com enfoque na economia solidária.

Fomento ao debate

De acordo com consultora em Desenvolvimento Territorial do MDA/MA, Mary Alba Santiago Figueiredo, o órgão quer fomentar o debate sobre cooperativismo nos territórios rurais. "Vamos ressaltar, principalmente, o foco na economia solidária e no cooperativismo de crédito", explicou Mary Alba.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

